

O marxismo em resumo.

Da crítica do capitalismo à sociedade sem classes

Data	Agosto de 2013
Autor	Robin Goodfellow
Versão	V 1.0

Sumário

SUMÁRIO.....	2
1. PREFÁCIO.	4
2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	6
2.1 Condições de existência do modo de produção capitalista.	6
2.2 Os grandes momentos do desenvolvimento capitalista.....	8
2.3 O maquinismo, a revolução industrial e o desenvolvimento da produtividade.....	9
3. ALGUMAS NOÇÕES FUNDAMENTAIS DA TEORIA MARXISTA	11
3.1 Definição da mercadoria.....	11
3.2 Valor de uso e valor de troca.	11
3.3 A força de trabalho.....	12
3.4 A mais-valia ou sobrevalor.....	13
3.5 O salário.	14
3.6 Os elementos que compõem o capital.....	15
3.7 Mais-valia absoluta e mais-valia relativa.	16
3.8 Trabalho produtivo e improdutivo.	17
3.9 Subordinação formal e subordinação real do trabalho ao capital.....	19
3.10 Taxa de mais-valia, taxa de lucro e queda tendencial da taxa de lucro.	21
3.11 O ciclo da acumulação.	22
3.12 Relação econômica e relação de exploração.....	24
3.13 Lucro e superlucro.....	25
3.14 Capital fictício.....	26
4. DINÂMICA DO CAPITALISMO E CLASSES SOCIAIS.	27
4.1 A revelação das mistificações capitalistas.....	27

4.2	Evolução das classes sociais.....	27
4.3	Antigas e novas classes médias.....	28
4.4	O papel das classes médias modernas.....	30
4.5	Classe capitalista e propriedade fundiária.....	31
4.6	Concentração e centralização do capital.....	32
4.7	Acumulação e crises.....	33
5.	NA DIREÇÃO DA SOCIEDADE SEM CLASSES.....	36
5.1	O proletariado e sua alienação.....	36
5.2	Atrás do modo de produção capitalista, o comunismo.....	39
5.3	As condições da ruptura revolucionária.....	41
6.	CONCLUSÃO.....	44

1. Prefácio.

Depois da derrota das grandes lutas proletárias dos anos 1920, a mais longa contrarrevolução da história contribuiu para obscurecer, mesmo para os militantes, os fundamentos da teoria revolucionária. O marxismo é desfigurado nas suas representações estalinista, social-democrata, esquerdista ou nos relatórios efetuados pelos representantes da burguesia. Ele nada mais tem a ver com a possante crítica da sociedade burguesa, com a teoria científica que a partir de meados dos anos 1840 explicitou a gênese, o desenvolvimento e a morte desta sociedade e anunciou o fim das sociedades de classe.

Por ocasião da crise que sacudiu a economia capitalista em 2008-2010, uma parte da imprensa burguesa internacional resolveu tirar o chapéu para Marx. Mas, ela assim fez saudando o “visionário” das dificuldades que advêm ao capitalismo e não o revolucionário que demonstrou a ligação íntima entre crise e necessidade de sua superação. É por isso que nos colocamos do ponto de vista do proletariado, que defendemos seu programa histórico, que o conclamamos a se constituir em partido político distinto e oposto aos outros partidos e a conquistar o poder político a fim de instaurar uma sociedade desimpedida das classes sociais e do Estado, do salariado, do dinheiro e das categorias mercantis, que defendemos o alcance revolucionário dessa teoria, fora e contra qualquer reconhecimento oficial ou acadêmico.

Esta pequena obra que resume o essencial da crítica comunista da economia política visa dar a todos os que procuram uma crítica radical da sociedade burguesa atual, uma visão sintética da coerência e da potência da teoria revolucionária. Visa, sobretudo, mostrar que o futuro comunista não é um ideal nem um simples desejo, ou uma utopia, mas está necessariamente inscrito no próprio desenvolvimento da sociedade burguesa que repousa na exploração da classe produtiva: o proletariado.

O socialismo tornou-se uma ciência e deve ser estudado como tal. A única escola em que ele pode ser compreendido, transmitido e desenvolvido é o partido proletário no sentido histórico do termo. Os autores desta obra reivindicam integralmente essa tradição e não reconhecem nenhuma validade nas críticas ao marxismo como nas “modernizações” operadas por burgueses ou reformistas eruditos, economistas e professores de universidade.

Eles se dirigem a uma classe em luta, que sabe instintivamente o que representa a exploração e que procura dotar-se de sólidos instrumentos teóricos para enfrentar os combates de amanhã.

Ensaíamos o difícil exercício de “vulgarizar” um pensamento científico complexo. O socialismo revolucionário é científico no sentido em que dá uma explicação da realidade, e militante no sentido em que defende apaixonadamente a necessidade da revolução. Em certos casos, o vocabulário de ontem pode ser um obstáculo à compreensão dos fenômenos que são descritos: por exemplo, na expressão *força de trabalho*, a expressão força remete à física do século 19, tendo sido utilizada para descrever o que a física denomina hoje de potência. No entanto, conservamos o conceito, mas tentando explicitá-lo na linguagem de hoje, na qual poderíamos traduzi-lo por capacidade de trabalho (o que Marx já fazia), por potencial de trabalho. Ao mesmo tempo, o risco da “vulgarização” é o de reduzir as demonstrações complexas simplificando demasiadamente determinados conceitos ou fenômenos.

O leitor desejoso de aprofundar-se em certos aspectos deste livro poderá referir-se a nossos textos mais teóricos e disponíveis em várias línguas em nosso site www.robingoodfellow.info e,

obviamente, retornando aos textos originais de Marx e Engels. Hoje, numerosos sites na Internet facilitam o acesso a estes textos (mas nem sempre nas melhores traduções).

Por razões de legibilidade, tomamos a decisão editorial de limitar ao mínimo as citações de Marx e Engels a poucas exceções, normalmente quando a clareza da formulação original é insuperável.

O marxismo é uma ciência e, portanto, uma teoria viva cujos conceitos resistem perfeitamente à complexidade do mundo contemporâneo (embora, ao contrário, a economia política burguesa, sem mesmo mencionar a sua filosofia ou sua sociologia, é cada vez mais estúpida). Isso não impede que seja preciso fazer hoje um esforço considerável para aprofundar a teoria, afinar seus conceitos, aplicá-los precisamente aos fenômenos atuais do modo de produção capitalista, tudo isso permanecendo no quadro geral, programático, definido pela teoria. Sem teoria revolucionária, não há ação revolucionária, dizia Lênin; isto continua sendo mais do que nunca atual.

São Paulo - Paris – Julho de 2013

2. O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento sem precedente da economia capitalista e a atenuação das crises durante os trinta anos que se seguiram no Ocidente ao fim da segunda guerra mundial, a derrocada dos falsos “comunismos” do Leste, o impulso e o desenvolvimento de novos países capitalistas em todos os continentes, e, por último e não menos importante, a interminável contrarrevolução que, desde os anos 1920 reduziu a influência do comunismo revolucionário a quase nada, fizeram crer que o sistema capitalista havia ganhado sua eternidade na terra.

Para os governantes, os economistas, os jornalistas e outros representantes da burguesia, não há nenhuma dúvida: nada se pode fazer fora do capitalismo. A economia (subentendida como capitalista) parece ter se tornado tão natural como o ar que respiramos. Parece mesmo ser impossível imaginar que uma sociedade possa trabalhar, viver, reproduzir-se, desenvolver-se, sem categorias como o dinheiro, o mercado, a troca, o salariado; que se possa viver utilizando produtos do trabalho que não sejam mercadorias

Entretanto, todas essas categorias, cujas definições científicas dadas pelo marxismo serão recordadas no próximo capítulo, não são eternas. Elas nem sempre existiram e o marxismo demonstra que elas tornaram-se obstáculos ao desenvolvimento da sociedade. Para se desenvolver, o capital precisou fundamentalmente transformar as relações de produção entre os homens, as modalidades da produção, e criar as condições de seu próprio desenvolvimento. Esse processo foi bem longe de ser pacífico e idílico.

2.1 Condições de existência do modo de produção capitalista.

Marx zomba dos economistas burgueses que propõem uma fábula virtuosa para explicar as origens das fortunas que constituíram as primeiras bases do capitalismo mercantil. Elas seriam o fruto de uma poupança pacientemente acumulada por gerações de probos e industriais empresários, enquanto que os desfrutadores e os incompetentes se encontrariam sem recursos e constrangidos a vender seus braços. Não foi evidentemente assim que a história produziu as duas principais condições da exploração capitalista: de um lado a existência de uma massa de braços “sem eira nem beira”, o proletariado, e do outro uma classe de capitalistas monopolizando o dinheiro, os meios de produção e de subsistência, permitindo assalariar os primeiros. Ao contrário, é pela expropriação, a intervenção do Estado e uma legislação sanguinária para disciplinar e conter o proletariado nascente pela rapina, o roubo, a pilhagem, o assassinio e outras violências, o tráfico de escravos, o trabalho forçado, a dívida pública, as exações fiscais, as guerras comerciais, o protecionismo, que essas condições foram estabelecidas e desenvolvidas.

2.1.1 Desenvolvimento do proletariado

A estrutura econômica capitalista emergiu da dissolução da sociedade feudal. Era preciso haver um trabalhador livre, capaz de dispor de sua própria pessoa e, desse modo, liberar-se da servidão e do poder das corporações.

A criação do proletariado é portanto a concentração, em outro polo da sociedade, de uma massa de homens livres. Entende-se aqui “livres”... para vender sua capacidade de trabalho aos detentores do capital. É preciso que exista uma classe que não possua nada mais do que “seu trabalho em estado de potência” e que encontre à sua frente os meios necessários à existência de seu trabalho: as ferramentas, as matérias primas, o lugar de trabalho. Contrariamente ao artesão, que é simultaneamente proprietário de suas ferramentas e executor da tarefa, o proletário não

pode realizar nada, pois está por assim dizer “nu” frente ao capitalista. Trata-se aí de uma separação radical com os meios de produção, separação que não deixará de se reforçar ao longo da existência do modo de produção capitalista.

Na Inglaterra, por exemplo, existia no feudalismo uma parte das terras denominada de comunal que não pertencia aos senhores, mas permanecia propriedade do povo, dos aldeões. Os animais que lhes pertenciam podiam pastar nela livremente ou os aldeões podiam cultivar parcelas de terra sem que houvesse sua apropriação por um ou outro dos aldeões que dela usufruíam (sem ligação portanto a uma propriedade privada). No século 17, o movimento conhecido como dos *inclosures* (cerramento das terras comunais) foi encorajado pelo Estado por meio de leis votadas no Parlamento. Por esse expediente efetuou-se a expropriação de uma parte do campesinato, tornando-o disponível para se vender ao capital.

No capítulo 25 do livro I do Capital, dedicado à colonização (colônias de povoamento), Marx utiliza este modo particular de expansão capitalista para demonstrar que o que faz o capital não são os meios de produção enquanto tais, mas o fato que estes encontram na frente deles uma massa de proletários despossuídos. Em outras palavras, para que haja produção de mais-valia é necessário não apenas que haja capital, mas também que este último encontre à sua frente uma massa de proletários despossuídos de tudo. Como os economistas burgueses reconstruíam de modo idílico o passado para explicar como nasceu a sociedade moderna, Marx voltou-se para os lugares onde a constituição das relações capitalistas pode ser observada a olho nu: as colônias de povoamento, onde o produtor ainda se encontra na posse de seus meios de produção e da terra, o que já tinha sido dissolvido há vários séculos na Inglaterra. Vê-se aí, diz ele, “o segredo da economia política”, para o qual a relação capitalista não pode funcionar sem a expropriação do trabalhador.

Na Europa, a exploração, a submissão das massas à disciplina do trabalho na manufatura, as legislações sobre os pobres dos séculos 17 e 18, os castigos contra os vagabundos e outras medidas coercitivas foram utilizados para criar e submeter uma massa proletária cuja existência é necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. A história de sua expropriação e de seu adestramento para encarcerá-los nas manufaturas foi escrita com letras de fogo e de sangue. Mas é somente com a produção capitalista mais desenvolvida, a que segue a revolução industrial, que se radicaliza a expropriação da imensa maioria da população rural, assim como se consoma a separação da agricultura da produção doméstica (fiação, tecelagem).

2.1.2 Gênese da classe capitalista

Para que se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que o dinheiro e as mercadorias possam transformar-se em capital. Dito de outro modo é preciso que figurem, de um lado, o dinheiro, os meios de produção e de subsistência e, de outro, que exista uma classe de trabalhadores livre. A existência desta última não cria por si só uma classe de capitalistas. Esta tem múltiplas origens. O arrendatário capitalista é a forma mais antiga; ela emerge progressivamente. Depois, em contrapartida à revolução agrícola do final do século 15 e do início do século 16, abre-se um mercado interno para os produtos industriais, favorecendo a existência de uma classe capitalista neste setor. Essa classe emerge em parte dos mestres das corporações, dos artesãos e até mesmo de assalariados, que se transformam em empresários capitalistas, mas, sobretudo, da existência de um capital legado pela Idade Média, que antes da era capitalista propriamente dita tinha o posto de capital: o capital mercantil e o capital usurário. Existia nas mãos desses capitalistas uma massa suficiente de dinheiro acumulado capaz de se transformar em capital industrial, isto é, de comprar meios de produção e assalariar uma força de trabalho livre.

A partir dessas “formas antediluvianas” do capital, desenvolver-se-ão as expressões do capitalismo moderno. Antes disso, o capital mercantil desempenhou um papel no desenvolvimento das trocas, pois especializou a função social da troca. Em outras palavras, em vez de o produtor de maçãs sair à venda de suas maçãs no mercado e comprar em seguida calçados do sapateiro (não estamos mais aqui na permuta, mas em uma troca monetária), o detentor do capital mercantil torna-se o intermediário entre os diferentes atores da produção. Uma das vias do desenvolvimento posterior do modo de produção capitalista será a centralização, pelo capital mercantil, dos meios de produção em locais centrais, o que favorecerá o crescimento da produtividade do trabalho. Desse modo, antes do trabalho, o capital começa socializando as trocas.

Assim, desde o início, o funcionamento da economia capitalista não é nem possível nem explicável sem que intervenha essa relação entre duas classes antagônicas, na qual uma (a classe capitalista) não pode assentar sua dominação sobre a outra (o proletariado) senão explorando-a.

Veremos brevemente agora, a partir desse primeiro impulso, como se desenvolve o movimento histórico do modo de produção capitalista.

2.2 Os grandes momentos do desenvolvimento capitalista.

O capital desdobra-se através da história aprofundando incessantemente o que determinou seu surgimento, a saber, a valorização do capital pela compra de uma força de trabalho capaz de fornecer um valor maior do que ela custa. Veremos em mais detalhe no segundo capítulo como o trabalho científico de Marx deu as chaves para explicar a extorsão da mais-valia.

Ao longo de seu desenvolvimento o capital não muda de natureza, mas realiza portanto sempre melhor seu objetivo: produzir um máximo de mais-valia. Assim fazendo, a burguesia reúne e amplia os meios de produção, desenvolve a força produtiva do trabalho. Uma das consequências é a socialização dos meios de produção e dos produtos do trabalho. Além disso, o modo de produção capitalista moderno abre uma via ao desenvolvimento ilimitado da produtividade do trabalho. Esse desenvolvimento entra em contradição com as metas limitadas do capital, com a busca do máximo de mais-valia, e invoca outra sociedade, cujas bases são colocadas por ele. Uma sociedade que não repousará mais sobre a exploração do trabalho assalariado.

Nesse movimento, Marx distingue três estágios que se sucederam depois da metade do século 14: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

A produção capitalista supõe desde sua origem a exploração de uma massa significativa de operários, colocados sob o comando de um mesmo capital que, para fazer frente tanto ao adiantamento de salários como de meios de produção, deve atingir certa magnitude.

Essa organização garante que a força de trabalho coletiva cooperando na produção terá uma produtividade segundo a média social e que, devido às economias de escala, diminuirá as despesas em meios de produção (por exemplo, as edificações). A cooperação dessas forças de trabalho, com a criação de um trabalhador coletivo, permite igualmente ampliar o campo dos trabalhos que podem ser realizados sob a égide do capital (por exemplo, grandes obras) e melhorar a produtividade social. Essa cooperação simples, que implica uma produção em grande escala,

reencontra-se sempre ao longo da produção capitalista, mesmo sendo característica de sua infância com a manufatura profissional¹ e a agricultura em grande escala.

Com o período manufatureiro propriamente dito, que se estende aproximadamente da metade do século 16 ao último terço do século 18, estabelece-se uma nova divisão do trabalho. Vimos que a revolução agrícola do final do século 15 e do início do século 16 favoreceu a produção manufatureira, e que somente quando a manufatura torna-se a forma dominante do modo de produção capitalista é que começa verdadeiramente a era capitalista. Sem entrar nos detalhes dos diversos tipos de manufatura, sublinhemos aqui a especificidade da divisão do trabalho própria do período manufatureiro: o trabalhador coletivo é aqui constituído pela combinação de um grande número de operários parcelários. Do mesmo modo, observa-se aqui uma diferenciação e uma especialização dos instrumentos de trabalho. Sempre tendo a tendência de parcelar as tarefas, de criar uma hierarquia entre operários qualificados e serventes, de reduzir os gastos de educação e de mutilar o trabalhador por uma especialização extremada, a profissão permanece na base da manufatura e como ponto de apoio da resistência do proletariado. Com o desenvolvimento da produção manufatureira, essa base técnica estreita entrou em contradição com as necessidades da produção; para superá-la ela deu à luz as máquinas.

2.3 O maquinismo, a revolução industrial e o desenvolvimento da produtividade.

Na seção do livro I do Capital que trata da grande indústria, Marx dedica um capítulo ao “Desenvolvimento das máquinas e da produção mecânica”. Ele começa lembrando este ponto fundamental do comunismo revolucionário: todo progresso da força produtiva do trabalho é um progresso na exploração da força de trabalho proletária e no refinamento desta exploração. Por conseguinte, “o desenvolvimento do emprego capitalista das máquinas” é apenas “um método particular para fabricar a mais-valia relativa”.

Os deslumbrados pelo progresso técnico devem estudar a lição: este é, portanto, diretamente voltado contra o proletariado. Ele é sinônimo do desenvolvimento da mais-valia relativa, sinônimo do aumento da exploração da força de trabalho, sinônimo da valorização crescente do capital decorrente do aumento da mais-valia ou do sobrevalor.

O socialismo retomou o conceito de *revolução industrial* para definir o momento (que corresponde na Europa ao início da grande indústria no século 18 depois da passagem pela manufatura) em que a “produção mecânica” assegura a continuidade da produção manual na qual a ferramenta permanece central. A ferramenta ontem manipulada pela mão do homem torna-se um componente da máquina-ferramenta. O operário ontem se servia da ferramenta, doravante ele serve à máquina. Enquanto a produção continuar baseada em uma utilização manual da ferramenta, mesmo com a reorganização da produção como foi o caso na manufatura, existem limites ao aumento da produtividade do trabalho. Com a máquina abre-se a perspectiva de um desenvolvimento ilimitado da produtividade do trabalho.

A revolução industrial não se traduz, portanto, pela criação de máquinas que sejam prolongamentos da mão, mas pela eliminação do homem do processo produtivo. Esse fenômeno abre perspectivas grandiosas ao desenvolvimento da produtividade do trabalho. De um lado, o número de ferramentas que operam simultaneamente pode ser multiplicado, de outro, a

¹ Quer dizer, uma manufatura que reúne um ou mais ofícios sem ainda modificá-los sob a influência da divisão do trabalho. Essa manufatura está na origem da manufatura própria do período manufatureiro.

velocidade de execução é aumentada. O maquinismo, continuamente, apodera-se de todos os ramos da produção “que se entrelaçam como fases de um processo global”. Um progresso em um ramo desencadeia-o em outros, por exemplo, a esfera da tecelagem e da fiação em grande escala exigem progressos na indústria química para as tinturas, e assim por diante. Assim, o modo de produção capitalista contribui para unificar todas as atividades humanas e constituir um “sistema de metabolismo social universal” (Marx). Unificando o tecido industrial, associando todos os ramos da produção, desenvolvendo de maneira considerável a produtividade do trabalho, o capital cria as condições de uma sociedade na qual a produção coletiva, social, permitirá o livre desenvolvimento individual.

Mas essa lógica própria do desenvolvimento técnico não pode ser apenas vista do ponto de vista interno à máquina, nem como um movimento descolado da forma social na qual se inscreve. Impulsionado pelo movimento da valorização do capital, o movimento de integração das técnicas produz efeitos sociais fundamentais para a evolução da humanidade, a começar pela unificação da classe produtiva, o proletariado.

Eis aí principalmente porque o socialismo fala de revolução industrial com o fenômeno do maquinismo. Não se trata apenas de uma evolução tecnológica, de uma nova invenção da história da humanidade. Sua chegada coloca as bases materiais do comunismo permitindo um desenvolvimento ilimitado da produtividade do trabalho e uma redução permanente do tempo de trabalho necessário ao colocar as bases de uma sociedade de abundância. Mas isso não é tudo! O maquinismo induz um processo de trabalho *específico* ao modo de produção capitalista e cria de maneira permanente o trabalho social associado. Cria a classe dos produtores associados que deve se libertar da ditadura do capital para poder concluir o potencial do maquinismo, para levar o grau da força produtiva do trabalho a outro nível mais elevado.

Potencialmente, portanto, no seu próprio conceito, a revolução industrial induz a perspectiva de uma sociedade sem classes, a sociedade comunista. Com a revolução industrial, a burguesia põe em movimento forças produtivas que entram em conflito com o objetivo exclusivo e limitado da produção capitalista: a busca do máximo de mais-valia. Esse conflito entre a tendência ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e as relações de produção próprias ao modo de produção capitalista, traduz-se por crises gerais de superprodução (crises catastróficas no sentido em que a sociedade, por razões sociais, é devastada do mesmo modo que catástrofes naturais) que relembram periodicamente que chegou a hora de uma nova sociedade. Essas crises tendem a ser sempre mais vastas e conduzem ao desmoronamento violento do capital.

Ao longo da história, o desenvolvimento da humanidade produziu de maneira contraditória, através das sociedades de classes, diversos choques e contradições. Durante todo esse caminho, a questão da produtividade social é central. Enquanto a espécie humana dedica uma parte predominante de seu tempo para assegurar sua subsistência necessária, não se coloca a questão do socialismo, mesmo se, sob a forma dos movimentos milenaristas e das utopias religiosas, a ideia de uma sociedade igualitária encontra origens longínquas na história. O modo de produção capitalista é o primeiro ao longo da história no qual a produtividade se desenvolve em uma base social tal que permite vislumbrar a satisfação das necessidades sociais que vai bem além da simples reprodução da espécie.

3. Algumas noções fundamentais da teoria marxista

3.1 Definição da mercadoria

Designa-se por *mercadoria* todo objeto material ou serviço produzido com o objetivo de ser trocado. A mercadoria não existiu sempre: as tribos indígenas da América do Norte, por exemplo, não conheciam a mercadoria até a chegada dos colonos europeus. Os produtos eram lá realizados e consumidos coletivamente. Entre as primeiras aparições da mercadoria e a que conhecemos hoje, desenvolveram-se sociedades que eram apenas parcialmente mercantis, isto é, apenas em algumas atividades (como na idade média em que os aldeãos podiam continuar vivendo de sua própria produção). Somente no modo de produção capitalista é que o reino da mercadoria se generalizou.

Hoje, os objetos que utilizamos diariamente são mercadorias, quer se trate de coisas tangíveis, como nossa alimentação, roupas, móveis, ou serviços de transportes comunitários ou certos lazeres. Mas não pode ser esquecido que a mercadoria não diz respeito somente ao consumo individual. As máquinas, as matérias primas, os locais de trabalho, as ferramentas de trabalho e, em particular, a própria força de trabalho do assalariado são também mercadorias. O que difere é o seu modo de consumo. Marx fala de *consumo produtivo* para as mercadorias que são consumidas no processo de produção.

3.2 Valor de uso e valor de troca.

Todas essas mercadorias têm uma utilidade para os que as compram (pode-se discutir a utilidade social de certos objetos ou engenhocas, mas não é o momento desta questão). Isso é chamado de valor de utilidade ou mais exatamente *valor de uso*. O valor de uso de um objeto, de uma mercadoria, é o porquê de ela me servir e o porquê de eu desejar possuí-la. Até aí, essa noção é perfeitamente compreendida por todo mundo. Resta perguntar por que objetos tão diferentes quanto a seus usos são chamados de *mercadoria* como um quilo de maçãs, um DVD, um litro de gasolina, uma chave inglesa, uma máquina de comando numérico, uma tonelada de cobre, um monitor de computador, uma hora de celular pré-pago, uma camiseta... Resta também saber por que, com R\$ 300,00 posso comprar um forno de micro-ondas, seis quilos de filé mignon, cinquenta quilos de pregos, oito martelos, vinte resmas de papel, dois pares de calçado, uma dúzia de ingressos de cinema, dezoito horas de faxina doméstica, etc.

A resposta se encontra no fato de que esses objetos e serviços possuem outra dimensão além de seu valor de uso, denominada de *valor de troca*. Toda mercadoria tem portanto um duplo caráter: ela possui simultaneamente um valor de uso e um valor de troca. Este último está exclusivamente ligado ao fato de que os objetos não são em primeiro lugar produzidos para a satisfação das necessidades sociais, mas para serem trocados. Em uma sociedade comunista, como nas primeiras sociedades humanas, os objetos produzidos terão sempre uma utilidade social, mas não valor de troca. Trata-se de uma sociedade que não conhece mais a mercadoria.

Mas o que faz com que quantidades de objetos diferentes possuam o mesmo valor e que podem ser trocados entre eles?

A resposta é a seguinte: duas mercadorias têm o mesmo valor porque contêm a mesma quantidade de uma substância invisível na sua forma concreta: o trabalho humano que foi necessário para produzi-las.

Não se trata, portanto, do trabalho concreto do alfaiate que faz um casaco, do agricultor que cultivou as maçãs ou do papelero que produziu o papel, trata-se do trabalho humano como atividade geral. O *tempo de trabalho* despendido para produzir uma mercadoria é o que determina a grandeza do valor, do valor de troca. As mercadorias trocam-se entre elas porque representam um volume igual do mesmo *trabalho geral*, fazendo abstração de suas formas concretas. Portanto, o trabalho concreto, produtor de valores de uso opõe-se ao trabalho geral, abstrato, produtor do valor de troca.

Mas esse trabalho contido nas mercadorias deve ser efetuado nas condições de produção sociais médias, que evidentemente variam histórica e geograficamente em função da evolução das sociedades. Quando dizemos que o tempo de trabalho é a medida do valor contido nas mercadorias, falamos de um *tempo de trabalho médio socialmente necessário*. Com efeito, não é porque uma pessoa, que gosta de fazer trabalhos de carpintaria, cria seus próprios móveis que estes poderão ser vendidos no mercado por um valor correspondente ao tempo de trabalho que ela passou para produzi-los. O valor da mesa é calculado na base do tempo de trabalho médio socialmente necessário para reproduzir um novo exemplar dela. Ora, nosso faz-tudo passou um tempo de trabalho privado nitidamente maior para fabricar seu produto. Por exemplo, se uma mesa de qualidade comparável é vendida na loja por R\$ 500,00 correspondentes a 10 horas de trabalho médio social e que nosso amigo passou vinte horas para produzir a sua - além de comprar o material - ele não pode esperar vendê-la por algo acima destes R\$ 500,00 (e muito menos por R\$ 1.000,00!), o total que representaria seu dispêndio de trabalho valorizado socialmente.

O duplo caráter da mercadoria é qualquer coisa que não decorre da evidência. Inicialmente, a mercadoria não deixa ver que seu valor é proporcional à quantidade de trabalho humano socialmente necessário à sua produção. Além disso, seu duplo caráter aparece como qualquer coisa de natural. O valor de troca que lhe está atrelado e que dissimula relações sociais particulares apresenta-se como uma propriedade natural. Veremos mais tarde a importância desse caráter mistificador da mercadoria.

3.3 A força de trabalho.

Por quê se fala de força de trabalho e não de trabalho?

Quando um operário fabrica alguma coisa, ele pode reunir várias matérias primas ou objetos, mas ele não tem ao lado dele uma caixa ou um selo com a marca “trabalho”, contendo uma substância que seria “do trabalho” e que ele injetaria na produção. O trabalho não é uma matéria, ele não existe fora da força que é capaz de produzi-lo, ou seja, a capacidade humana, a força muscular e intelectual, que se pode mobilizar para realizar uma tarefa seja de colher maçãs, montar carrocerias de automóvel ou calcular as estruturas de uma ponte.

Existe na sociedade burguesa uma mercadoria que possui um valor de uso específico, capaz de produzir mais valor do que é necessário para reproduzi-la. Esta mercadoria é a *força de trabalho*, isto é, a capacidade própria do homem para mobilizar seu potencial intelectual e físico para efetuar as mais variadas tarefas produtivas e, finalmente, transformar a natureza.

Assim, o que o capitalista compra do proletário não é seu trabalho, mas esta mercadoria particular, a força de trabalho, sua capacidade de trabalho, a fim de consumi-la, uma vez que seu valor de uso consiste precisamente em produzir um valor suplementar, um valor extra, uma mais-valia, um sobrevalor. Nenhuma outra mercadoria consumida durante o processo de produção transmite mais do que seu valor, tanto as matérias primas como as máquinas.

Para que essa relação de troca exista foi preciso chegar a uma relação histórica na qual há, de um lado, capitalistas que têm tanto o monopólio do dinheiro como dos meios de produção e de subsistência, e, do outro, proletários² que foram espoliados de todo meio de produção e possuem como única riqueza sua força de trabalho que são obrigados a trocar por um salário. Isso nem sempre foi assim (por exemplo, os índios das antigas tribos, os gauleses) e também não o é para os produtores diretos (camponeses, artesãos, etc.).

Como é definido o valor da força de trabalho?

Do mesmo modo que para todas as outras mercadorias: pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário para reproduzi-la. Antes de estar pronto para efetuar um trabalho produtivo um indivíduo foi criado, educado, formado. Depois, ele deve diariamente comer, alojar-se, vestir-se, deslocar-se, consumir eletricidade, transportar-se... A soma de todas essas necessidades cria o total global do que é necessário despende para manter essa força de trabalho. Naturalmente, essas necessidades variam segundo os lugares e as épocas. A parte do lazer ou de um consumo mais folgado pode variar, para mais ou para menos.

Na história há numerosos exemplos em que se fez mudar os hábitos alimentares das massas para abaixar o custo de sua manutenção, como facilitando a introdução da batata ou fazendo os operários ingleses beber chá em vez de leite.

O que é necessário reter aqui é que a força de trabalho é uma mercadoria. Como toda mercadoria ela possui um valor de uso (a capacidade de produzir mercadorias, a de ser a fonte do valor e da mais-valia) e um valor de troca, que é determinada pela quantidade de trabalho médio socialmente necessário para reproduzi-la.

3.4 A mais-valia ou sobrevalor.

Por que dizemos que a força de trabalho, a capacidade de trabalho é uma mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela custou ao seu proprietário, isto é, o capitalista?

Porque o tempo de trabalho médio socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho é inferior ao tempo de trabalho durante o qual ela é explorada pelo capitalista. Uma vez que o valor de uma mercadoria não é nada mais do que o tempo de trabalho necessário à sua produção, o valor da força de trabalho é efetivamente inferior ao valor criado ao longo de um dia ou de um mês de trabalho. O capitalista paga a primeira e se apropria da segunda. Chama-se de *mais-valia* ou *sobrevalor* a diferença entre as duas. Ela corresponde ao trabalho não pago fornecido pelo operário ou *sobretalho*.

Por exemplo, um capitalista que compra uma jornada de trabalho de um proletário por 100 unidades monetárias, tem o direito de fazê-lo trabalhar por sete, oito, dez horas ou mais segundo a legislação vigente.

Suponhamos que os elementos que indicamos mais acima sejam necessários à reprodução da força de trabalho e representem o equivalente de uma produção de duas horas. Em outras palavras, bastam duas horas de trabalho para que o capitalista seja reembolsado pelo seu avanço. O que se passa ao final da segunda hora? O capitalista diz ao proletário: “obrigado, você trabalhou bem e agora pode ir descansar”? Evidentemente não! Ele irá tirar proveito do contrato

² Na Roma antiga, o proletário (proles) é o que só tem sua linhagem como riqueza.

assinado para empregá-lo seis horas a mais, no quadro de uma jornada de trabalho normal, legal, por exemplo, de 44 horas por semana no Brasil (40 horas de fato em muitas empresas), de 35 horas por semana na França (embora mais que isso na Inglaterra ou nos Estados Unidos).

O que são essas seis horas para nosso capitalista? Puro bônus, trabalho que não foi pago, trabalho gratuito e, portanto, o que definimos como sobretrabalho, tempo durante o qual a mais-valia é produzida. Vemos aqui que as lutas pela redução do tempo de trabalho constituem um componente importante da relação de forças entre a classe capitalista e o proletariado, pois elas dizem respeito ao tempo que pode ser dedicado à produção da mais-valia.

Decorre daí uma consequência importante: mesmo um capitalista respeitoso que trata “bem” seus operários, mantém a jornada de trabalho nos limites legais e remunera de modo correto a força de trabalho, mesmo assim este capitalista, por mais virtuoso que seja, é um explorador porque faz produzir trabalho gratuito que não é pago.

Aqui se mostra a força do marxismo, que não é uma moral que se limitaria à denúncia das más condições impostas ao proletariado, mas uma teoria cuja demonstração tem a força de uma verdade científica: a exploração é inerente à relação social capitalista. Por isso, pouco importa que o patrão seja “um crápula” ou não, é necessário eliminá-lo não como indivíduo, mas como representante de uma relação social que está fundada na exploração (e que já teve o seu tempo, pois veremos que com a alta da produtividade do trabalho toda a classe capitalista tornou-se, para Marx e Engels, propriamente *inútil*).

3.5 O salário.

Vimos que o valor da força de trabalho, como toda mercadoria, tem um valor e que este valor é determinado pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário à sua reprodução. Como toda mercadoria, a força de trabalho tem também um *preço*, que é a expressão monetária concreta do valor.

O valor de uma mercadoria é determinado socialmente pela quantidade de trabalho que ela contém, mas em seguida seu preço de mercado é função da oferta e da demanda. As mercadorias são vendidas a um preço que está acima do valor se a demanda for alta e abaixo se ela for baixa. Trata-se aqui de *variações* em torno de um valor, o qual é determinado pelo tempo de trabalho social médio necessário para produzir essa mercadoria. Na realidade a questão é mais complexa e aqui apenas nos contentamos em mencioná-la. Com efeito, no quadro do modo de produção capitalista, o preço de mercado das mercadorias gravita não em torno do valor, mas em torno do preço de produção. O preço de produção é o preço que resulta da igualação das taxas de lucro entre as grandes massas de capitais, mas estes preços de produção são eles próprios regidos pelo movimento do valor. Durante as crises, enquanto falta demanda solvável para todas as mercadorias existe uma tendência à baixa generalizada dos preços, uma depreciação geral das mercadorias. Esta é uma das formas da desvalorização que se apodera do capital nas crises de superprodução.

Isso também vale para a mercadoria força de trabalho. O que o proletário negocia como salário é o *preço* de sua força de trabalho. Vimos que o valor desta última é constituído pelo tempo despendido para produzi-la e reconstituí-la. Por exemplo, um tempo maior de estudos, uma maior qualificação, mas também uma usura mais rápida da força de trabalho sob o efeito do prolongamento da jornada de trabalho ou da intensidade do trabalho, tendem a aumentar o valor da força de trabalho. Mas, em seguida, a oferta e a demanda agem aqui no que diz respeito aos preços em torno desse valor médio. Se houver uma forte demanda para poucos operários de

certa qualificação, a força de trabalho terá a tendência de se vender acima de seu valor, ou seja, a um preço mais elevado; inversamente, se houver muitos operários, por exemplo, em um período de desemprego, os salários tenderão a cair e a força de trabalho será vendida a um preço inferior ao seu valor.

Independentemente do desemprego devido às crises, Marx mostra que o capital mantém um “exército de reserva industrial”, uma população supranumerária cujo papel é o de manter uma pressão constante para baixar os salários.

Na procura constante de um máximo de mais-valia, a classe capitalista procura diminuir o preço da força de trabalho para abaixo de seu valor e, também, abaixar este mesmo valor. Por exemplo, no século 19, os capitalistas britânicos elogiavam a sobriedade do operário francês, mal nutrido e, portanto, de baixo custo. Eles próprios, com a introdução de alimentos mais baratos na alimentação visavam reduzir o valor da força de trabalho. Marx escreveu: “Hoje, essas aspirações já foram bastante ultrapassadas, graças à concorrência cosmopolita na qual o desenvolvimento da produção capitalista lançou todos os trabalhadores do globo. Não se trata apenas de reduzir os salários ingleses ao nível dos da Europa continental, mas fazer cair, em um futuro mais ou menos próximo, o nível europeu ao nível chinês”.

3.6 Os elementos que compõem o capital.

As noções rememoradas acima: força de trabalho, mais-valia e salário, são fundamentais na crítica da economia política, mas é preciso ver também o movimento do capital em sua totalidade e as contradições que nele se manifestam para compreender por que e como ele é historicamente condenado.

O capitalista não adianta apenas o salário. Para estar em condição de explorar a força de trabalho e extorquir dela um máximo de mais-valia, ele deve do mesmo modo dispor de meios de produção: máquinas, matérias primas, energia, edificações e solos, terras no caso da agricultura... É o que Marx chama de *capital constante*. Ele é chamado de *constante* por que somente transmite seu valor ao produto ao longo do processo de produção. Enquanto que a parte adiantada para pagar os salários é dita *capital variável*, por que ela restitui um valor variável, além de seu valor inicial. Mas esta parte do capital pode restituir um valor maior somente porque ela se troca contra a força de trabalho, que é a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que custou.

Assim, uma produção mercantil que sai todos os dias das fábricas será composta de:

- Uma fração do valor das máquinas e, de modo mais geral, do que se chama de *capital fixo* (a parte fixa do capital constante; este valor não se transmite de uma só vez, mas pouco a pouco, e que os economistas denominam de valor de amortização);
- O valor das matérias-primas, dos combustíveis, etc., que entram no produto, chamado mais geralmente de parte *circulante* do *capital constante*;
- O valor do salário pago aos proletários correspondente ao *capital variável*. É a parte paga da jornada de trabalho que Marx chama de *trabalho necessário*;
- Por fim, a *mais-valia* produzida durante a jornada por estes mesmos proletários. Ela corresponde à parte da jornada que é do sobretrabalho.

Assim, juntando todas as etapas, o valor da mercadoria se reduz, finalmente, à quantidade de trabalho que ela contém, isto é, a quantidade de tempo de trabalho que foi necessário para

fabricá-la. A matéria prima que será transformada foi também produzida pelo trabalho e adquiriu desse modo no modo de produção capitalista um valor de troca. Esse valor (assim como a fração utilizada do capital fixo) vai se somar ao que é criado na produção da nova mercadoria. Marx diz que o valor desse capital constante *transfere-se* ao produto.

Aqui se vê bem uma das dificuldades com a qual o capitalismo irá se defrontar e que iremos tratar no próximo capítulo ao expor o papel do maquinismo. Para tornar o trabalho mais produtivo, o capitalismo tem a tendência de aumentar a parte do capital constante na produção. Ora, essa parte não cria valor novo, não fazendo mais do que transferir o que já existe.

A relação entre capital constante (c) e capital variável (v), expressa pela fórmula c/v , representa o que Marx chama de *composição orgânica* do capital. O fato da elevação dessa composição - i.e., que a massa do capital constante cresce em importância frente à massa dos salários mobilizada para utilizá-la - constitui um fator de contradição na produção capitalista, pois esta tem apenas como objetivo a mais-valia que somente é produzida a partir do trabalho vivo. Veremos mais adiante as consequências disso sobre a taxa de lucro e sua evolução.

Mas quais são os métodos que o capital pode empregar para levar cada vez mais adiante essa busca de mais-valia?

Historicamente, Marx distingue dois métodos: a produção da mais-valia absoluta e a produção da mais-valia relativa. Esses dois tipos de mais-valia não são necessariamente antagônicos. Eles podem se combinar e até mesmo reforçarem-se entre si. De todo modo, a mais-valia absoluta só pode existir se houver um nível suficiente no grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a mais-valia relativa só pode existir se houver uma duração suficiente da jornada de trabalho. Uma formando a base da outra, elas se distinguem pelo fato da evolução histórica de suas relações.

3.7 Mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Em um primeiro momento, quando o capital começa a apoderar-se da produção, a partir da expropriação dos produtores tradicionais (artesãos, camponeses, movimento que estudaremos mais detidamente no terceiro capítulo), ele começa por *alongar a jornada de trabalho*. O trabalho nas economias agrárias era certamente rude e os anos de má colheita difíceis, mas se os camponeses passassem muito tempo nos campos havia também muitos tempos mortos: pausas, refeições, merendas, trabalhos de biscate no inverno... Mas, de certo modo, é um ritmo natural quem dirigia a organização do trabalho e seu desenvolvimento no tempo.

No trabalho da manufatura, que se desenvolve na Europa a partir do século 16, esse ritmo pôde ser consideravelmente transformado e ele o será ainda bem mais com a passagem à grande indústria no final do século 18.

Uma primeira alta da produtividade é obtida pelo fato de concentrar numerosas forças de trabalho em um mesmo local. Essa produtividade aumentada torna a manufatura mais competitiva, mas não faz mais nada senão retomar as técnicas utilizadas pelos artesãos, concentrando-as e racionalizando seu uso. Além disso, o único meio de aumentar a parte do trabalho não pago é o alongamento do tempo de trabalho.

A mais-valia, o sobrevalor que resulta desse alongamento da jornada de trabalho, é denominada por Marx de *mais-valia absoluta*. Por exemplo, se a jornada de trabalho é de 12 horas e que 6 são necessárias para reproduzir o valor da força de trabalho (trabalho necessário), é preciso alongar a

jornada de trabalho de 12 para 14 horas se se quiser ganhar duas horas de sobretrabalho a mais. Teremos então 6 horas de trabalho necessário e 8 horas de sobretrabalho. O tempo de sobretrabalho, portanto a mais-valia, foi aumentado de um terço, sem afetar o tempo de trabalho necessário, desde que a usura suplementar da força de trabalho não seja compensada.

Durante o período que antecedeu a revolução industrial, o capital só pôde privilegiar essa forma de mais-valia. Ora, sobre a base técnica limitada que prevalece na manufatura não se pode alongar desmesuradamente o tempo de trabalho. Além dos limites físicos, influem igualmente limites técnicos (por exemplo, a ausência de iluminação suficiente para trabalhar à noite) e limites culturais, os ritmos sociais e os costumes que oferecem resistência a esse movimento.

Foi necessário esperar o maquinismo para que o capital pudesse generalizar outros métodos para aumentar a quantidade de mais-valia. Criando uma base técnica que lhe é específica, com a máquina eliminando a mão do processo de produção, o capital, a partir da grande indústria, dotase de meios para aumentar a quantidade de mais-valia produzida abaixando o valor da força de trabalho como decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho.

Marx chama de *mais-valia relativa* esta mais-valia que é obtida não mais pelo alongamento da duração absoluta da jornada de trabalho, mas pela diminuição do valor da força de trabalho ou pela modificação da relação entre sobretrabalho e trabalho necessário, modificando portanto as grandezas relativas entre as duas partes da jornada de trabalho sem alongá-la.

O trabalho necessário representa o que é, justamente, *necessário* para que a força de trabalho reproduza seu próprio valor; além disto, ela produz a mais-valia. Para permitir um aumento *relativo* da parte dedicada ao sobretrabalho sem aumentar a duração do trabalho, é necessário portanto que ou o tempo gasto na reprodução do valor da força de trabalho diminua, ou o valor criado no mesmo tempo aumente enquanto o valor (ou o preço) da força de trabalho não progrida nas mesmas proporções.

Graças a um aumento geral da produtividade do trabalho, o capital pode diminuir o custo das mercadorias que entram na reprodução do valor da força de trabalho: o valor desta cai e, por conseguinte, o tempo necessário para igualmente reproduzi-la. Tomemos o caso anterior no qual a jornada de trabalho é de 12 horas com 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de sobretrabalho. Vamos supor que a alta geral da produtividade do trabalho traga a duração do trabalho necessário para 4 horas. O tempo despendido para produzir a mais-valia será então de 8 horas em vez das 6 anteriores. Aqui também o capital consegue aumentar de 33% o valor da mais-valia produzida, mas sem tocar no tempo de trabalho.

Do mesmo modo, ao aumentar a intensidade do trabalho o capital aumenta o valor criado no mesmo tempo. Desde que o valor da força de trabalho (ou ainda o seu preço) permaneça idêntico, ou não aumente suficientemente, a mais-valia cresce.

3.8 Trabalho produtivo e improdutivo.

Marx distingue, como fizeram antes dele vários economistas clássicos como Adam Smith, o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. A definição do trabalho produtivo no quadro do modo de produção capitalista é muito clara: o trabalho produtivo é o que produz uma mais-valia para o capital. Em outras palavras, como veremos a expressão “trabalho produtivo” não significa um “trabalho que produz qualquer coisa”, senão não importa qual biscateiro ou cozinheiro amador seria “produtivo”, mas *trabalho produtor de mais-valia*.

Pode-se ver bem, portanto, o ponto crucial dessa questão, pois é toda a problemática da exploração, da definição das classes e da luta das classes que se desenha no segundo plano. O proletariado, classe produtiva, é também no modo de produção capitalista a única classe explorada. Em contrapartida, se existe um trabalho produtivo é que existe igualmente um trabalho improdutivo e trabalhadores improdutivos. Em sentido contrário, portanto, quando um trabalho não se troca contra o capital mas contra o rendimento, não se produz mais-valia, ele é improdutivo. Por exemplo, quando o capitalista de uma empresa de limpeza emprega dez assalariados que limpam escritórios de uma empresa, temos aqui um trabalho produtivo. Mas quando esse capitalista utiliza sua própria renda (que não é aqui capital) para empregar uma faxineira em sua casa, ele não emprega um trabalho produtivo, pois, ao longo de seu consumo este trabalho não produz mais-valia.

Assim, um dos primeiros critérios que permitem determinar se um trabalho - e, portanto, um trabalhador, ou melhor, um grupo de trabalhadores, pois a individualização da questão tem pouco interesse em si - é produtivo ou improdutivo, é verificar se ele é trocado contra o capital ou contra a renda (este será o caso, por exemplo, de todo o funcionalismo público).

Mas, o trabalho pode se trocar contra o capital e deste ponto de vista render um lucro ao capitalista sem por isso ser produtivo. É o caso de todos os trabalhos que se situam na esfera da circulação (bancos, funções mercantis do comércio, etc.) ou das despesas extras da produção (por exemplo, seguros, contabilidade). Por conseguinte, é produtor de mais-valia e, portanto, trabalho produtivo o trabalho que se troca contra o capital na esfera da produção material.

Decorre daí :

1º Se todo trabalhador produtivo é assalariado, todos os assalariados não são trabalhadores produtivos. O marxismo mostra que mesmo se o trabalho assalariado aumenta, no interior deste é o salariado improdutivo que progride mais rapidamente e fornece uma base material para a expansão das classes médias modernas, das classes médias assalariadas. As classes médias antigas não surgem do modo de produção capitalista e tendem a regredir. No entanto, se elas não são produtoras de mais-valia elas podem ser produtoras de valor (por exemplo, camponeses, artesãos).

2º O trabalho produtivo não é análogo ao que produz um bem tangível, um objeto concreto.

3º O trabalho produtivo não é análogo ao trabalho manual. O proletariado não engloba apenas a categoria socioprofissional de “operário”, em outras palavras, o conceito de classe operária em Marx não se reduz apenas aos trabalhadores manuais. O mesmo tipo de confusão existe quando se assimila o capital industrial apenas ao setor da indústria propriamente dito. De fato, tanto a agricultura como os serviços podem aumentar o capital industrial e permitir a produção de mais-valia.

4º O trabalho produtivo não é análogo à produção de objetos socialmente úteis. Os proletários que produzem armas ou objetos de luxo produzem mais-valia e são portanto produtivos. Do mesmo modo, trabalho improdutivo não significa que o trabalho seja inútil ou socialmente nocivo. Por exemplo, a sociedade comunista terá necessidade de uma contabilidade social cujo papel será cada vez mais importante, mesmo se seu custo relativo for bem mais baixo.

5º É inútil individualizar o trabalho produtivo. Marx mostra que o que caracteriza a produção capitalista desde seus primórdios é a existência de um trabalhador coletivo (cf. cooperação, manufatura e grande indústria) que realiza a produção material.

6º A classe média assalariada não se caracteriza por um nível de salário intermediário como quer a sociologia burguesa. As camadas superiores do proletariado ou suas frações mais qualificadas podem ter salários superiores a vários representantes da classe média. O que as diferencia é o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho e não o nível do salário.

3.9 Subordinação formal e subordinação real do trabalho ao capital.

Em relação à evolução (mas não apenas) do modo de produção capitalista, Marx emprega os conceitos de subordinação formal e subordinação real do trabalho ao capital. Por trabalho entende-se aqui o trabalho assalariado produtivo; portanto, trata-se muito nitidamente da maneira pela qual o proletariado é submetido à autoridade do capital.

O que querem dizer esses termos algo complexos, cujo significado é regularmente falsificado?

No início, o capital não pode se investir a não ser no que ele já encontra pronto como condições de produção na sociedade de sua época. O trabalho é então majoritariamente realizado por meio de ferramentas cuja técnica permanece bastante tradicional, como a roda de fiar, o tear, assim como todas as ferramentas manuais manipuladas nas profissões tradicionais (carpintaria, alvenaria, marcenaria, sapataria...).

Um dos papéis essenciais do capital é, no primeiro momento, de concentrar em um mesmo local (a oficina, a manufatura e, mais tarde, a fábrica) as numerosas forças de trabalho, provocando de fato uma melhoria da produtividade geral do trabalho (cf. o capítulo 1 sobre a cooperação simples) que prossegue a partir da implantação de uma divisão técnica do trabalho. Essa elevação do grau de produtividade do trabalho possibilitada pela cooperação simples, depois pela divisão do trabalho da época manufatureira, permite aumentar a mais-valia relativa. Mas, uma vez instituídas tais organizações do trabalho e como a progressão da produtividade do trabalho permanece limitada, o crescimento da mais-valia só pode ser obtida sob a forma da mais-valia absoluta.

Globalmente, nesse primeiro período, os procedimentos técnicos em vigor não são fundamentalmente modificados. O processo de trabalho e os procedimentos de fabricação permanecem idênticos ou próximos do que eram no artesanato pré-capitalista. É por isso que Marx fala de *subordinação formal do trabalho ao capital*. Na sua forma, o processo de trabalho permanece inalterado, mas já está doravante submetido ao processo de valorização do capital. Em outras palavras, a fiandeira ou o tecelão que trabalham com outros na oficina do capitalista fazem os mesmos gestos por meio das mesmas ferramentas, mas suas relações sociais com estas ferramentas de trabalho e com o produto de seus trabalhos mudaram. Se bem que o processo de trabalho tenha sido herdado das formas de produção anteriores à produção capitalista, ele está a partir de então submetido ao capital e a seu objetivo exclusivo: produzir um máximo de mais-valia.

Com a subordinação formal do trabalho ao capital ocorre o crescimento da escala da produção. Um grande número de operários é reunido sob o comando do capital. Essa subordinação formal do trabalho corresponde, portanto, às origens do modo de produção capitalista e existe desde quando os assalariados trabalham na base de uma tecnologia pré-capitalista. A cooperação simples e a época manufatureira, portanto, erguem-se na subordinação formal do trabalho ao capital, pois embora o objetivo seja sempre o de produzir o máximo de mais-valia, o processo de trabalho não é fundamentalmente transformado.

Assim sendo, no quadro de uma subordinação formal do trabalho ao capital, uma vez estabelecido o nível de desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a mais-valia só pode ser produzida sob a forma da mais-valia absoluta. Uma vez estabelecida a nova organização que torna o trabalho mais produtivo na base das técnicas já empregadas antes que o capital se apodere da produção, não se pode aumentar a extração da mais-valia a não ser recorrendo-se a procedimentos tais como o alongamento da jornada de trabalho. A subordinação formal do trabalho ao capital, portanto, só conhece essa única forma de produção da mais-valia.

Socialmente falando, estamos já claramente no modo de produção capitalista plenamente estabelecido, isto é, na relação social que acorrenta o proletário a um instrumento de trabalho que se apresenta diante dele e fora dele como *capital*. Desse ponto de vista, a subordinação formal do trabalho ao capital é uma forma geral do processo de produção capitalista. Mas, tecnicamente, esse capital ainda não modificou as formas do processo de trabalho, pois a tecnologia ainda não é específica, própria do modo de produção capitalista.

Mas com essa primeira concentração dos meios de trabalho - ao mesmo tempo capital constante com ferramentas e matérias primas, e capital variável com os proletários -, e a divisão de trabalho que se segue, constitui-se a base para o desenvolvimento de um progresso técnico próprio ao modo de produção capitalista. Para levar o movimento de extração da mais-valia mais adiante, não basta fazer com que os homens trabalhem mais tempo, é preciso fazê-los trabalhar de outro modo.

Marx fala então de um momento em que o capital submete *realmente* o trabalho, isto é, que ele desenvolve uma tecnologia que lhe é própria, ditada pelo objetivo específico do capital: a produção de um máximo de mais-valia, não mais herdada de antigas formas de produção.

Assim, a *subordinação real do trabalho ao capital* é uma forma intrínseca, própria ao modo de produção capitalista, sua forma mais desenvolvida. Ela engloba a subordinação formal do trabalho ao capital, pois na sua dimensão geral que consiste em submeter uma quantidade significativa de operários ao capital, esta última se mantém ao longo do modo de produção capitalista. A subordinação formal do trabalho ao capital tem, portanto, uma dimensão específica e, por um lado, própria a uma época histórica já finalizada do modo de produção capitalista, mas também uma dimensão geral que perdura ao longo da história deste modo de produção e que é englobada no quadro da subordinação real. De certa maneira, a subordinação real do trabalho ao capital sucede a subordinação formal do trabalho ao capital, mas mantendo-a e elevando-a a um nível superior. Com a subordinação real do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa pode levantar voo e, com ela, o crescimento extraordinário da exploração do proletariado.

O modo de produção capitalista conhece assim um movimento histórico que o leva a desenvolver-se em um modelo sempre mais “puro”, mesmo se este modelo nunca é totalmente atingido na realidade. O conjunto de ramos de produção cai nas garras do capital que se impõe diante do produtor independente. Marx diz que o capital é “o valor em processo”, valor que se valoriza. Essa expressão, de natureza filosófica, é abstrata, mas esse movimento se encarna de modo muito concreto na busca insaciável de mais-valia, busca na qual o modo de produção capitalista põe em movimento as forças produtivas e procura apoderar-se de todos os resultados da ciência e do desenvolvimento técnico para colocá-los a serviço desta valorização, desta busca do máximo de mais-valia.

Através do desenvolvimento do maquinismo, durante a revolução industrial, é que se tornam possíveis os formidáveis ganhos de produtividade que o modo de produção capitalista põe a serviço da produção de mais-valia e que o comunismo porá a serviço da redução do tempo e da

arduidade do trabalho, para permitir aos humanos que usufruam seu tempo livre sem medo do amanhã.

3.10 Taxa de mais-valia, taxa de lucro e queda tendencial da taxa de lucro.

Devemos agora entrar mais a fundo no movimento geral do capital e compreender como os princípios sobre os quais ele está assentado são os próprios fatores de sua dissolução. Em poucas palavras: quanto mais o capital prossegue na sua procura de mais-valia, mais ele encontra obstáculos ao crescimento desta mesma mais-valia.

Quando Marx relaciona o sobretrabalho ao trabalho necessário, a mais-valia ao capital variável, ele fala de *taxa de mais-valia*, que é definida pela relação mv/v (massa da mais-valia produzida sobre o capital variável adiantado). Ela mede o grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

Vamos supor que o capitalista adiante R\$ 100 para uma jornada de trabalho de 8 horas e que 4 horas representem o trabalho necessário. Ao final da jornada, o valor correspondente ao trabalho vivo realizado representa R\$ 200 e o capitalista poderá embolsar uma mais-valia de R\$ 100. Diremos que a taxa de mais-valia é de 100%.

Mas não basta o trabalho vivo, a força de trabalho entre as condições de produção. Ela só produz porque põe em movimento o trabalho morto, sob a forma dos meios de produção (máquinas, matérias primas...), que já qualificamos segundo Marx de capital constante c .

Se relacionarmos nossos R\$ 100 de mais-valia produzida não mais apenas aos R\$ 100 de capital variável v , mas à totalidade do capital adiantado, isto é, $c + v$, não obteremos o mesmo resultado.

Se o capital constante c adiantado é de R\$ 100, precisamos relacionar a mais-valia produzida, que é também de R\$ 100, a $100c + 100v = 200$.

A taxa de mais-valia continua sendo de 100%, mas a *taxa de lucro*, que é escrita como $mv/(c + v)$ não é mais que 50% ($100/200$).

Vemos aqui que, por definição, a taxa de lucro é inferior à taxa de mais-valia.

Ora, dentre as condições de desenvolvimento do modo de produção capitalista figura o desenvolvimento do maquinismo e da produtividade do trabalho que o acompanha, que se traduz, como vimos, em uma alta da composição orgânica.

Vamos supor que nosso capitalista compre máquinas mais caras, mas que permitam aumentar a produtividade do trabalho e que necessitem de menos operários para serem operadas. Paralelamente, se tudo permanecer como antes, um aumento da produtividade provoca um aumento igual da massa de matérias primas e de produtos intermediários utilizados por uma mesma força de trabalho. Assim teremos em seguida, por exemplo, a seguinte situação (fazendo abstração das repercussões da produtividade):

$$200c + 80v + 80mv$$

A taxa de mais-valia (mv/v) permanece a 100%, mas a taxa de lucro cai para 28,5%.

Marx qualifica esse fenômeno de *queda tendencial da taxa de lucro*. Esta é a lei mais importante da economia política.³ Tendencial porque, como todas as leis, sua ação é modificada por circunstâncias particulares. No caso presente, ela conhece contra-tendências. Ela só se manifesta no longo prazo e em certas circunstâncias. Se não existissem contra-tendências o capitalismo se definharia rapidamente.

Dentre essas contra-tendências Marx nota:

- O crescimento da exploração do trabalho, pelo desenvolvimento da produtividade e da intensidade do trabalho.
- A depreciação dos elementos do capital constante: o cálculo que aplicamos ao valor de v aplica-se também a c . Vamos supor que para construir uma máquina, antes eram necessárias 50 horas e que agora não se precisa mais do que 25. A parte de c representada por essa máquina diminuiu seu valor da metade. Do mesmo modo, se a alta da produtividade atinge a produção das matérias primas e os produtos intermediários, seus valores diminuem. O capital pôde, portanto, aumentar a *composição técnica* do capital, freando o aumento da *composição valor*. Por isso é que para definir a composição orgânica do capital diz-se que se trata da composição valor, na medida em que ela reflete a composição técnica.
- A superpopulação relativa. Existe na sociedade uma população não empregada, ou fracamente empregada, que pesa sobre o progresso técnico, pois o capital pode preferir empregar trabalhadores mal pagos em vez de investir na modernização. É o caso das indústrias de luxo em geral, e a tendência ao desenvolvimento do luxo segue o desenvolvimento do capital, particularmente para satisfazer às necessidades das classes médias superiores. De maneira geral, o desenvolvimento de ramos empregando mais trabalho vivo do que a média contribui para se contrapor à queda tendencial da taxa de lucro.

3.11 O ciclo da acumulação.

A produção capitalista assume a forma de um percurso circular, de um ciclo. Este ciclo é o seguinte:

Dinheiro (capital dinheiro adiantado pelo capitalista) – Mercadoria (compra dos meios de produção e da força de trabalho) – Produção (produção das mercadorias no interior do processo de produção) – Mercadoria (mercadorias resultantes do processo de produção, prontas para serem vendidas; seu valor é superior ao valor das mercadorias do começo do processo de produção, pois incluem uma mais-valia) – Dinheiro (realização do valor das mercadorias em dinheiro; no final do ciclo o capital dinheiro é superior ao capital dinheiro adiantado no início do ciclo, pois foi aumentado da mais-valia).

O capitalista adianta o capital sob a forma de dinheiro, converte-o em meios de produção e em força de trabalho, para chegar a uma produção de mercadorias. Mas isso de nada lhe serve se ele não conseguir vendê-las. Em outras palavras, o movimento de transformação do capital dinheiro em capital mercadoria não tem nenhum interesse sem a continuação do movimento: transformação, realização do capital mercadoria em capital dinheiro, incrementado da mais-valia produzida.

³ Para aprofundar este tema, ver Robin Goodfellow: “Aos fundamentos das crises. O marxismo de gabinete e as crises” (em francês).

Como indicam as palavras “ciclo de acumulação”, “circulação”, trata-se de um movimento circular, em princípio interminável. Mas estaríamos errados se não olhássemos o que se passa nos diferentes momentos do ciclo. Uma comparação pode ser feita com o ciclo da água. Para que o ciclo se realize é necessário passar por todas as metamorfoses, mas não é indiferente estudá-lo a partir de um de seus estados em vez de outro. A água, o vapor produzido pela evaporação, as nuvens, a chuva e novamente a água. Trata-se sempre da mesma matéria (H₂O) que se manifesta sob formas diferentes.

Aqui, é o capital que se apresenta sob diversas formas e passa de uma forma a outra. Da forma dinheiro, à forma de capital produtivo (meios de produção e força de trabalho), à forma mercadoria e novamente à forma dinheiro.

Nesse movimento o capital realiza seu objetivo, sua “meta suprema”: produzir o máximo de mais-valia. Em outras palavras, o capitalista não procura simplesmente reaver a soma que ele investiu na produção, mas recuperar uma soma de dinheiro que seja superior.

Não se deve esquecer que tudo que reside atrás desses objetos (o dinheiro, a mercadoria) é *capital*. O capitalista lança seu capital na produção e este se metamorfoseia, muda incessantemente de forma: num momento ele tem a forma de dinheiro, num outro a forma de meios de produção (máquinas, matérias primas, força de trabalho), num outro a forma de mercadoria destinada ao mercado antes de reencontrar a forma dinheiro, e assim por diante. Se o ritmo é seguido e sustentado, não há problema, mas se o tempo entre duas metamorfoses se dilata há o risco de ruptura do ciclo. É o que se passa com as *crises*: se as mercadorias produzidas não podem mais se reconverter em dinheiro, se, portanto, o capital não pode prosseguir seu ciclo para se reencarnar em dinheiro e ser reinvestido, ele se encontra inutilizado e, portanto, corre o risco de se desvalorizar. Por isso é que, para Marx, as crises são *crises de superprodução*: há muito capital, muitas mercadorias produzidas e estas não podem se realizar. De outro lado, se o capital dinheiro não obtiver mais-valia suficiente, ele não chegará a se acumular. Ausência de realização e ausência de conversão do capital dinheiro em elementos do capital produtivo (meios de produção e força de trabalho) são dois aspectos do mesmo fenômeno próprios às crises gerais de superprodução, isto é, às crises econômicas próprias do modo de produção capitalista mais desenvolvido (a primeira data de 1825).

Mas o que o capitalista vai fazer com essa mais-valia se ele consegue realizá-la? Se ele a gastar completamente, não haverá acumulação. A fim de perseguir seu objetivo, a produção de um máximo de mais-valia, é necessário que esta mais-valia seja, ao menos em parte, capitalizada, isto é, retransformada em capital para retomar um novo ciclo de produção em uma escala mais ampla. Se, no início, o capitalista dispunha de um dado montante para lançar na produção, vimos que era preciso que ele encontrasse à sua frente meios de trabalho e forças de trabalho. No momento em que ele dispõe de um montante adicional para injetar, por sua vez, na produção, é necessário que ele encontre meios adicionais: outras máquinas, matérias primas e outras forças de trabalho.

Isso constitui a base do movimento do capital, da acumulação do capital. Marx chama-a também de reprodução ampliada a que ele compara a uma *espiral*, retomando os termos do economista burguês Sismondi.

É assim que se criam as condições do desenvolvimento da sociedade capitalista. Pois, não basta que haja dinheiro, é também necessário que o dinheiro encontre diante dele algo para se empregar utilmente como capital.

Dito de outro modo, é necessário que no mercado se possa transformar o dinheiro em meios de produção e em forças de trabalho. Já evocamos com a mercadoria, a divisão do trabalho, condição *sine qua non* para que a troca dos produtos se efetue segundo um padrão comum: seu valor em função do tempo de trabalho passado para reproduzi-los. Aqui, encontramos a divisão do trabalho, mas em uma escala social. É necessário que existam ramos industriais que se completem: uns produzindo máquinas-ferramenta, outros matérias primas, componentes eletrônicos, etc. É necessário também que haja o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores livres que, ao passarem pela autoridade do capital, estejam aptos para fornecerem o trabalho produtivo. Assim, o processo de produção é igualmente um processo de reprodução das relações de produção capitalistas, um processo de produção, de reprodução e de extensão delas. Tal extensão ocorre sempre de modo mais desfavorável à classe produtiva.

Os economistas burgueses que antecederam Marx e, mais ainda, os professores de economia de hoje não compreendem nada disso. Eles pensam que o valor adicional recuperado pelo capitalista vem da esfera do comércio, que ele pode embolsar uma mais-valia porque vendeu a mercadoria mais cara que seu preço, ou então eles imaginam que os meios de produção são dotados, por si mesmos, da capacidade de produzir valor: uma máquina mais rápida produziria valor, assim como uma terra mais fértil ou novas invenções, etc. Ora, já vimos que a mais-valia é criada na esfera da produção pelo assalariado produtivo. Não se trata de um roubo, mas do produto da exploração da classe proletária.

Outro ponto em que Marx critica seus adversários: os economistas. Estes, como bons defensores do direito burguês, consideram sempre a relação entre capitalista e operário do ponto de vista da relação de duas pessoas que celebram um contrato. Ora, não se pode considerar essa relação de um ponto de vista individual, mas ver como se estabelecem as relações entre as duas classes, isto é o conjunto dos capitalistas contra o conjunto dos proletários.

O objetivo desse movimento, chamado de acumulação do capital, é de obter o máximo de mais-valia. Para o capital é uma necessidade absoluta ampliar permanentemente a produção, desde que esta esteja baseada na valorização. Isso significa que um valor investido na produção não tem sentido se não trazer consigo, ao término do processo produtivo, um valor maior (composto do valor adiantado e da mais-valia). O capital, diz Marx, é um *valor em processo*, valor que se move para crescer incessantemente. Ele não pode ser de outro modo enquanto se permanece na lógica da acumulação do capital.

3.12 Relação econômica e relação de exploração.

A economia política burguesa, assim como o direito do trabalho burguês, consideram a transação que ocorre entre o operário e o capitalista como uma relação igualitária de dois possuidores de mercadorias que trocam seus bens: neste caso, uma capacidade de trabalho por um tempo dado (força de trabalho) contra o dinheiro (salário).

O marxismo mostra que sob a igualdade da transação esconde-se a exploração e que esta relação de exploração se reproduz e se perpetua. De um lado, o processo de produção não para de produzir e de reproduzir o capital; de outro, o operário sai deste processo como ele entrou: fonte pessoal de riqueza social, destituído de seus próprios meios de realização. Seu trabalho, feito propriedade do capitalista, só pode evidentemente realizar-se durante o processo em produtos que fogem de sua mão.

A produção capitalista, sendo ao mesmo tempo consumo da força de trabalho pelo capitalista, transforma incessantemente o produto do trabalho não apenas em mercadoria, mas também em

capital, em valor que bombeia a força criadora do trabalho, em meios de produção que dominam o produtor, em meios de subsistência que compram o próprio operário. Basta a continuidade ou a repetição periódica do processo de produção capitalista para reproduzir e perpetuar portanto a base, o trabalhador na sua qualidade de assalariado.

3.13 Lucro e superlucro.

No nível da sociedade, o conjunto da classe produtiva gera uma massa crescente de mais-valia. Esta se encontra, em seguida, repartida entre as diferentes frações da classe dominante sob diversas formas. Na empresa ela assume particularmente a forma do lucro.

Hoje, o termo “lucro” é frequentemente empregado em um sentido moral, como equivalente de um lucro “comercial” parasitário: condena-se assim o fato de que qualquer um venderia uma mercadoria acima de seu preço de produção para retirar uma vantagem que seria o lucro. Ora, nos termos científicos do marxismo, o lucro na sua totalidade não é nada comparável ao logro comercial. O lucro é uma fração da mais-valia. O conjunto das mercadorias é vendido a seu valor. Os capitalistas se apropriam da mais-valia porque as mercadorias, tomadas como totalidade, são vendidas a seu valor.

Em particular, essa mais-valia vai cindir-se em lucro e renda, delimitando assim a classe dos capitalistas e dos proprietários fundiários. No interior da classe capitalista, o lucro vai ser dividido entre os capitalistas de acordo com o capital adiantado (igualização das taxas de lucro). Os capitalistas do comércio obtêm também uma taxa de lucro médio igual à taxa geral de lucro do mesmo modo que os capitalistas industriais, mesmo se sua contribuição efetiva à produção da mais-valia for menor. O próprio lucro irá se dividir entre o lucro da empresa e o juro que escoo para o capitalista financeiro. Mas isso não é tudo, os impostos estão na base do Estado e eles constituem uma parte da mais-valia (mas também do salário social). Não esqueçamos também dos salários de direção que os capitalistas se atribuem e os salários (e meios de produção) das classes improdutivas que são também formas da mais-valia.

Assim, a mais-valia é repartida, no seio da sociedade, entre as diferentes classes dominantes e no próprio interior da burguesia entre suas diferentes frações, e ainda além delas. Mas Marx insiste veementemente sobre a única origem dessa massa de mais-valia dividida, em seguida, entre os diferentes protagonistas. Bem no início é o capitalista industrial (este termo refere-se ao capital empregado em uma esfera de produção qualquer e não apenas ao capitalista da indústria) que garante a produção de mais-valia, graças à exploração que ele faz do trabalho assalariado produtivo. Contrariamente ao que pretendem as correntes da crítica pequeno-burguesa do capitalista, não é o banco, o mundo da finança, que é o inimigo a ser abatido, em comparação com o capitalista industrial “virtuoso”. O modo de produção capitalista não repousa sobre a finança, mas sobre a produção da mais-valia e sua acumulação graças à exploração do proletariado.

Os desenvolvimentos teóricos próprios às questões agrárias foram igualmente a ocasião para que Marx tratasse as diversas formas de superlucros. Que eles sejam provenientes de diferenciais de produtividade, de monopólios sociais como a propriedade da terra ou de preços de monopólio propriamente ditos decorrentes de uma demanda superior à oferta (por exemplo, devido a uma raridade relativa de um vinho fino, ou porque ela está organizada por uma política de marcas e patentes), eles encontram uma ilustração nas diferentes formas da renda fundiária. Longe de constituir uma novidade teórica e uma fase particular da história do modo de produção capitalista, Marx mostra como se articulam lucro médio e superlucros, concorrência e monopólios, na base da ação da lei do valor.

3.14 Capital fictício.

Com a acumulação do capital real desenvolve-se igualmente o que Marx, seguindo outros economistas, denomina de capital fictício. Trata-se inicialmente de títulos (ações, obrigações, bônus do tesouro, duplicatas, ...), correspondentes a um capital real que foi emprestado (pouco importa sua destinação) e que constituem uma primeira acepção (“sentido I”) do capital fictício. À medida que esses títulos possam ser negociados (por exemplo, na bolsa, junto a um banco ou a uma empresa de *factoring* para as duplicatas ou outras faturas emitidas por uma empresa), eles se tornam objeto de um mercado particular, submetido a leis específicas. Esses mercados são o lugar de uma especulação intensa que permite captar uma parte da mais-valia.

Para o socialismo pequeno-burguês, essa esfera está na raiz das crises e a captação da mais-valia nas atividades especulativas e o pagamento de juros (ou de dividendos no caso das ações), como compensação do capital emprestado, é a forma mais acabada da exploração. Ora, vimos que nesse caso trata-se apenas de formas da mais-valia (do mesmo modo que o lucro, a renda, o imposto, os salários das classes improdutivas, ...). A mais-valia, uma vez extraída na esfera produtiva, torna-se objeto de uma concorrência e de jogos de relações de força para saber como será dividida. O movimento comunista visa a abolição do salariado e de outras categorias mercantis, e não a tutela das manifestações mais evidentes do parasitismo social.

Outro significado (“sentido II”) do termo capital fictício diz respeito ao uso fraudulento do capital emprestado. Uma vez emprestado o dinheiro, ele é dissipado pelo devedor que não o faz funcionar como capital. Além dos escroques e fraudadores profissionais, não se deve esquecer que é tênue a fronteira entre uma empresa em dificuldade que procura obter crédito para enfrentar uma má fase, esperando que os negócios sejam retomados, e outra que se afunda no endividamento sem saída. Nesse jogo, o próprio Estado, um dos maiores senão o maior tomador de empréstimo que se precipita em despender dinheiro como renda, deve ser visto com suspeita. A história está marcada por suas bancarrotas e reestruturações de sua dívida, colocando-o, deste ponto de vista, entre os maiores esbanjadores de capital fictício.

Um último aspecto da noção de capital fictício reside no sobrecrédito. Para realizar a mais-valia adicional, devem ser criados novos meios de pagamento. Uma vez que eles excedam às necessidades da acumulação (eles devem necessariamente exceder estas necessidades, pois existem outros mercados) e que, de outro lado, os bancos têm interesse de emprestar o máximo possível desde que julguem seu risco limitado (a incompetência, a cupidez, a garantia dos Estados, as proezas técnicas tanto em termos da engenharia financeira como da automatização das decisões..., serão outros tantos fatores que levarão a minimizar estes riscos, embora em determinado momento eles os amplifiquem), o desenvolvimento do crédito é acompanhado do desenvolvimento do sobrecrédito. Esse fenômeno resolve-se na inflação dos preços das mercadorias, inflação do capital fictício (no sentido I, títulos), inflação da renda fundiária (no sentido II), em resumo inflação do parasitismo social. Quando a inflação se transforma em deflação, tais fenômenos, por eles mesmos vetores de crises, são apenas um aspecto dentre os mais visíveis das crises de superprodução que encontram sua origem no coração da produção capitalista.

4. Dinâmica do capitalismo e classes sociais.

4.1 A revelação das mistificações capitalistas.

Na sua época, Marx cumpriu um trabalho ao mesmo tempo científico e revolucionário. Científico porque permitiu mostrar, para além dos fenômenos constatados por diferentes protagonistas da sociedade, quais eram seus motivos mais profundos, fornecendo uma explicação que rompeu com as interpretações dos economistas burgueses de seu tempo. Revolucionário porque soube compreender o que, debaixo do funcionamento da economia capitalista, fornecia as condições materiais para a ruptura revolucionária. Pois bem, o trabalho científico só pode ser completado se for posicionado de um ponto de vista revolucionário, do ponto de vista do proletariado e da sociedade de amanhã: o comunismo. Por isso é que todas as obras de Marx dedicadas à economia levam o subtítulo de “crítica da economia política”.

Mais de um século e meio depois de seu nascimento, a concepção materialista da história pena para impor-se. Colocada na posição defensiva desde o final do século 19, revigorada pela revolução russa, negada pela contrarrevolução que se seguiu à vaga revolucionária dos anos 1920 (derrota das revoluções alemã, húngara, chinesa, ... , involução depois contrarrevolução russa com o triunfo do estalinismo), o marxismo ainda não terminou de tirar as lições das derrotas do proletariado. A reexposição sistemática dos conceitos, elementos teóricos e conclusões antecipadas há praticamente um século e meio, assim como sua aplicação à compreensão das evoluções e mutações do modo de produção capitalista contemporâneo, é uma necessidade para a causa da emancipação do trabalho.

4.2 Evolução das classes sociais.

A evolução das classes sociais e, entre elas, a da classe produtiva constitui hoje uma das questões mais importantes para a teoria marxista.

O século vinte terá sido ao mesmo tempo o século mais vital e mais mortífero da história. A população mundial quadruplicou, a esperança de vida aumentou consideravelmente, enquanto que as guerras fizeram 120 milhões de vítimas, que a subalimentação atinge 800 milhões de pessoas (na outra extremidade 300 milhões sofrem de obesidade) com seu cortejo de consequências trágicas (esperança de vida diminuída, mortalidade infantil – hoje a 6 milhões por ano – distúrbios físicos e mentais...).

O modo de produção capitalista progrediu ainda mais rápido que a população. A parte dos assalariados na população ativa mundial só aumenta e ocupa a maioria dela. Nos países onde o modo de produção capitalista é mais desenvolvido, o salariado representa 80 a 90% da população ativa. O proletariado aí se tornou a maioria da sociedade. As antigas classes sociais- camponeses, artesãos, pequenos comerciantes independentes - regridem. Sua dita “independência” é na maioria das vezes apenas formal e sua existência se amarra nos poros da sociedade burguesa. No limite, sua atividade é apenas a antecâmara da precariedade generalizada e do desemprego.

Tomemos o caso da agricultura: ela continua sendo o primeiro empregador mundial, mas não representa mais a maioria absoluta da população ativa. Uma grande massa da população agrária, tal como o campesinato parcelar produz certamente valor, mas não mais-valia. Ela não está em relação salarial com o capitalista, mas tem a ver com o proprietário fundiário quando não é ela própria proprietária da terra. Nos países mais desenvolvidos, ela não representa mais do que uma

débil parte da população ativa, embora fosse uma maioria na época de Marx. No seu interior, o salariado desempenha um papel sempre maior. O modo de produção capitalista apodera-se cada vez mais da agricultura, submete-a a suas leis, arruína o campesinato que vai se juntar ao exército de reserva industrial, engrossar as populações urbanas.

Além do proletariado, o modo de produção capitalista conhece duas outras classes fundamentais: a dos capitalistas e a dos proprietários fundiários. A análise da formação dos preços na agricultura e na esfera da produção das matérias primas mostra que é sobre os terrenos (minas ou campos de extração) menos férteis e mais mal situados que se formam os preços de produção, em torno dos quais gravitam os preços de mercado. No modo de produção capitalista, o preço relativo das matérias primas e dos recursos indispensáveis à vida é portanto mais elevado do que das outras mercadorias; o luxo industrial é mais fácil de produzir do que o necessário agrícola. Além disso, o monopólio da propriedade fundiária agrava ainda mais esse processo freando o desenvolvimento da produtividade nessas esferas de produção. Além desses fenômenos, precisam ser levados em conta os efeitos particulares ligados aos preços de monopólio *stricto sensu* (por exemplo, como os dos vinhos mais apreciados).

A consideração desses diferentes fenômenos mostra a que ponto o modo de produção capitalista é nefasto para o metabolismo social. As contradições do modo de produção capitalista levam ao paroxismo o antagonismo entre a cidade e o campo, os desequilíbrios entre o mundo urbano e o rural. Essa contradição atinge tal ponto⁴ que a burguesia, mesmo sendo incapaz de chegar a uma repartição harmoniosa da população sobre o território, vê-se intimada a assumi-la e é levada a alimentar, a manter em transfusão, as populações que ela rejeita de seu sistema de produção. Assim, amontoam-se nas periferias das megalópoles capitalistas as massas expulsas dos territórios agrícolas.

Por outro lado, a renda urbana atinge o paroxismo. Por exemplo, em vários países como na França ela supera em massa, desde há muito tempo, a renda fundiária agrícola. Se bem que a área construída (para fins de habitação ou para atividades produtivas) ocupe superfícies muito menores do que as terras agrícolas, seu preço global é superior e a relação entre os preços do metro quadrado das mais belas moradias ou escritórios e os das piores terras agrícolas não para de crescer. Esta relação é no momento, por exemplo, da ordem de 1 para 1.000.000 na França e de 1 para 1.500.000 no Brasil.

Jamais a sociedade burguesa poderá alimentar corretamente a humanidade, nem oferecer-lhe um teto decente, nem gerir do ponto de vista dos interesses gerais da espécie humana: o espaço, as florestas, os solos, a saúde e o bem-estar das populações, o metabolismo entre o homem e a natureza.

4.3 Antigas e novas classes médias.

O que é verdade para a agricultura também é para a indústria e os serviços. A influência do salariado estende-se e torna a dominação do modo de produção capitalista cada vez mais evidente. Fora do campesinato, do setor artesanal e do comércio ainda vigoroso, que representam as classes médias clássicas, históricas, desenvolveu-se uma classe média moderna, assalariada. Como vimos, o modo de produção capitalista na sua corrida à mais-valia desvaloriza as

⁴ Agora, mais da metade da população mundial é urbana (5% em 1920) e a maior parte dela amontoa-se nas grandes cidades.

mercadorias ao reduzir o tempo de trabalho social médio necessário à sua produção. Mas essa massa crescente deve ser escoada e o capital deve multiplicar os esforços e as despesas improdutivas para fazer circular as mercadorias e realizar o capital-mercadoria em capital-dinheiro (estudos de mercado, publicidade, forças de venda, crédito, seguros, ...). O tempo de circulação aumenta relativamente em relação ao tempo de produção. A multiplicação dos centros de acumulação do capital com sua coorte de pequenas empresas induz a criação de uma classe de pequenos capitalistas cujo salário e rendimentos decorrem da mais-valia e que representam, portanto, um custo de manutenção proporcional ao seu número. Por outro lado, assiste-se ao desenvolvimento e à manutenção, tanto na pequena empresa como na grande, de categorias intermediárias que são encarregadas da administração, da contabilidade, da organização das firmas.

Enfim, as sociedades capitalistas modernas conhecem um desenvolvimento considerável do Estado e da burocracia. Enquanto são pagos pelo orçamento do Estado, isto é, através do imposto ou de empréstimos, os funcionários não são nem explorados (eles não produzem mais-valia e não se defrontam com o capital na venda de sua força de trabalho), nem proletários. Sua força de trabalho não se troca contra o capital, mas contra a renda. Com a derrota do proletariado nos anos 1920 e o rejuvenescimento do capital que lhe seguiu (particularmente após a segunda guerra mundial), assistiu-se durante décadas a um crescimento da produção da mais-valia concomitantemente à elevação do grau de qualificação da força de trabalho. Isso não poderia ser obtido a não ser macaqueando o programa comunista, realizando uma democracia social, trazendo, nos limites do modo de produção capitalista, progressos em relação ao tempo de trabalho, à saúde e à educação, reforçando ao mesmo tempo o tacão de ferro (polícia, exército, etc.) e a burocracia do Estado. Todos esses fenômenos impulsionaram a criação de empregos de funcionários, fazendo do Estado um grande empregador, às vezes mesmo o maior.

Todos esses fenômenos significam que o salariado não recobre *stricto sensu* uma relação de exploração. Quando a força de trabalho se troca contra a renda ou quando é empregada na esfera da circulação, ou ainda quando faz parte das despesas extras da produção capitalista (por exemplo, contabilidade, faturamento, administração, etc.), ela é improdutiva, não produzindo nem valor nem mais-valia (se bem que ela possa render um lucro). Todo proletário é por definição assalariado (pois somente possui sua força de trabalho para vender), mas todo assalariado não é um proletário.

A expansão considerável da produtividade do trabalho depois da segunda guerra mundial pode ser concebida de duas maneiras.

- Na primeira, considera-se que essa riqueza social é produzida pelo conjunto da população assalariada. Ora, esta recebe, nos países desenvolvidos, um equivalente que varia entre a metade e os dois terços do PIB. Conclui-se facilmente que a exploração (tanto absoluta como relativa) do proletariado (neste caso confundido com a população assalariada em geral) não se agrava e que os interesses do capital e do trabalho são portanto conciliáveis.
- Na segunda, mantém-se a distinção, crucial em Marx, entre uma fração produtiva da população empregada e uma fração improdutiva, sendo que esta última pode ser assalariada. Nesse caso, é preciso vincular a produção da mais-valia somente à fração produtiva. Considera-se, portanto, que a produção do valor e da mais-valia somente repousa sobre o proletariado, e não sobre a totalidade dos assalariados. Por conseguinte, sua exploração é aqui consideravelmente maior do que admite a primeira visão e mostra que os interesses do trabalho e do capital são inconciliáveis.

A consequência deste último ponto para avaliar a possibilidade do comunismo é crucial. Com efeito, a concentração da esfera produtiva sobre o proletariado e não sobre todo o salariado atesta uma produtividade assombrosa atingida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, produtividade cujo produto *deve* ser desperdiçado para que a caldeira não exploda. Isso mostra as capacidades formidáveis que uma organização das funções produtivas, o abandono de vários setores inúteis e mesmo socialmente nocivos, uma generalização do trabalho produtivo ao conjunto da sociedade ao mesmo tempo em que se diminui o tempo de trabalho individual, provocariam mudanças consideráveis desde as primeiras fases de um processo revolucionário.

Na hora que, diante das perspectivas catastróficas abertas pela sociedade burguesa, várias correntes pregam o “decrecimento”, a limitação malthusiana da produção de riquezas, frequentemente em nome da ecologia e da proteção do planeta, é bom lembrar que a origem das catástrofes econômicas que devastam a sociedade é *social* e que a direção da sociedade pelo proletariado revolucionário é uma necessidade absoluta.

4.4 O papel das classes médias modernas.

Boa parte desse salariado improdutivo representa o que se chama de “classes médias” modernas. O salariado permite distingui-las das antigas classes médias (artesãos, camponeses...), sobre as quais já falamos. Ao contrário do que afirmam os comentaristas burgueses, o fenômeno da expansão das classes médias assalariadas foi perfeitamente antecipado por Marx. Vivendo da mais-valia e, portanto, da exploração do proletariado essas classes defendem um interesse “próximo daquele das classes exploradoras” (Marx).

No livro I do capital, Marx expõe o papel do gerente capitalista definindo sua função social, sua psicologia e sua evolução. O gerente capitalista (distinto do proprietário do capital) personifica o capital, ele “funciona como capital personificado”. Tem como função fazer produzir o máximo de mais-valia, o que supõe também obter o melhor rendimento possível da força de trabalho em um dado momento e deste modo estender, em grandeza e profundidade, a acumulação do capital.

O capitalista só se interessa pelo valor de troca e, por isso, dentre as primeiras qualidades dos pioneiros do desenvolvimento capitalista, aparecem em destaque a frugalidade, a austeridade, a avareza; mas, estas “virtudes” burguesas enfraquecem-se com o tempo. O capitalista cede às sereias do consumo improdutivo da mais-valia. É verdade que a progressão da concentração e da centralização do capital permitiu a produção de uma mais-valia crescente, por meio da qual ele pôde aumentar seu consumo sem por isso enfraquecer substancialmente sua acumulação. De outro lado, esse consumo torna-se uma necessidade profissional, pois a ostentação de sua riqueza é um meio de obter crédito, de inspirar confiança e de manter o círculo de suas relações. Mas, no capitalista essa tendência encontra limites e o prazer, o gasto, são feitos com uma forma de má consciência, pois encontram à sua frente a tendência inversa que é necessária para atizar os fogos da acumulação.

No momento em que o capitalista renuncia ao prazer da acumulação pela acumulação do prazer, ele renuncia à sua função. A pena no longo prazo para o capitalista que consumisse de modo improdutivo a mais-valia em vez de acumulá-la, seria sua desapareção sob os golpes da concorrência.

Do ponto de vista do capital total, dois perigos opostos espreitam o modo de produção capitalista. Se supusermos uma sociedade que só fosse composta por proletários diante de um capital que não tivesse como única preocupação a não ser a produção e a acumulação da mais-valia, seguir-se-ia um desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas e da produtividade do

capital. Esse desenvolvimento prodigioso minaria em velocidade acelerada as bases dessa mesma produção capitalista empurrando a desvalorização do capital ao seu clímax, ao mesmo tempo em que criaria uma imensa acumulação de mercadorias cuja dificuldade de escoamento, de sua realização, seria crescente. O capital seria, portanto, conduzido muito mais rapidamente para a superprodução e as crises. De outro lado, um desenvolvimento da produção pela produção, concomitante com um desenvolvimento da riqueza pessoal do capitalista, poderia conduzir a produção capitalista a se definhara, a perder seu dinamismo, a ronronar diante da massa de lucros sem procurar aprofundar sistematicamente o desenvolvimento da força produtiva do trabalho. O capital renunciaria muito mais rapidamente à sua missão histórica.

Desde 1845, Marx e Engels insistiam sobre o fato de que ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista desenvolve as forças produtivas, elas se transformam também em forças destruidoras. Ao passo que o capitalista encarna a paixão da acumulação, o amor da produção pela produção, é preciso que na sociedade expresse-se igualmente a paixão pelo gasto, o consumo pelo consumo. Vimos que o capitalista não pode assumir completamente essa função sem renunciar ao seu ser. É preciso, portanto, que a contrapartida dialética da produção, o consumo, expresse-se em outra classe. Deve-se, portanto, desenvolver uma classe que represente o gasto, o consumo pelo consumo. Como a classe capitalista, apesar do desenvolvimento de suas tendências pelo consumo não pode assegurar por si só essa função e que em dado momento esta função entra em contradição com sua função social, a classe que melhor representará a paixão pelo gasto e pelo consumo é a classe média.

Tal é a função econômica da classe média em Marx. Ela encarna a paixão pelo gasto e, desse modo, desempenha um papel regulador no quadro do modo de produção capitalista. O vulcão da produção é limitado em sua expansão e, ao mesmo tempo, estimulado. Mas, além desse aspecto, as classes médias também desempenham um papel social e político ao servir de sustentáculo para as classes dominantes.

4.5 Classe capitalista e propriedade fundiária.

Com o desenvolvimento da produção capitalista, o capital se concentra, isto é, acumula-se nos mesmos centros. Sob o impulso da progressão da produtividade, do desenvolvimento do capital mínimo necessário para que ela esteja conforme à média social, dos efeitos da concorrência e das crises, do desenvolvimento do crédito que põe à disposição de alguns o capital social, o capital se centraliza, isto é, supondo que tudo continue como antes, ele reduz o número de centros de acumulação. Por exemplo, diz-se que 80.000 empresas multinacionais, cujo número cresceu de maneira extraordinária, produzem 10% do PIB mundial e controlam 2/3 do comércio mundial, que as produções de suas filiais são superiores ao volume do comércio mundial. Paralelamente com o sistema de crédito, confirma-se o desenvolvimento de formas sociais da propriedade (sociedades por ações, empresas públicas, cooperativas, fundos de pensão, holdings, ...), a separação entre a propriedade e o capital, enquanto que os protagonistas se profissionalizam, gerentes capitalistas de um lado, assegurando a gestão do capital, capitalistas financeiros de outro, reivindicando os interesses da propriedade do capital. As diferenças entre capitalistas e proprietários fundiários desaparecem e estas classes tendem a se fundir, alguns comprando terra, florestas, imóveis que são objeto de sociedades de propriedade social, enquanto que outros se tornam acionistas e capitalistas. A burguesia como classe proprietária fica cada vez mais afastada do processo de produção que ela continua a entrar, facilitando as crises. Ela acentua assim seu caráter parasitário.

4.6 Concentração e centralização do capital.

A concentração e a centralização do capital são fenômenos relativos e não absolutos, paralelamente ao peso relativamente crescente dos capitais multinacionais e das maiores empresas, e também das pequenas, e ainda mais das muito pequenas empresas que pululam. A acumulação de capitais em novos centros, porque eles se separam de sociedades mais antigas ou através do aporte de novos capitais, é tanto maior quando os novos campos de acumulação não exigem grandes capitais para existirem. Inscreve-se geralmente nesse quadro o desenvolvimento dos serviços que supõem uma relação mais direta entre pessoas e uma relativa proximidade territorial. Marx já havia descrito um fenômeno idêntico a respeito da produção de produtos de luxo, que emprega mais mão de obra. A produção de produtos refinados, de qualidade superior ou de luxo cresce com o aumento da produtividade. O desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada, que pode ganhar tanto mais facilmente sua autonomia quando as tarefas de concepção ocupam uma parte crescente no tempo de trabalho global para realizar uma mercadoria, favorece igualmente esse movimento.

As causas do desenvolvimento recorrente dessas pequenas empresas são variadas. Se a vontade de escapar do salariado pode ser um motor para um certo número de indivíduos, a maioria deles não tem outra escolha a não ser tentar existir por eles próprios no mercado quando não encontram um emprego assalariado. De outro lado, os diversos estatutos e proteções mais ou menos arcaicas que existem em alguns países (por exemplo, para os farmacêuticos, tabeliões, médicos, advogados, arquitetos) freiam a expansão do salariado nestes setores. A existência dessas menores empresas é também uma necessidade para que as empresas mais produtivas possam realizar superlucros, servindo-lhes de reguladores sob todas as formas. Por último e não menos importante, a *inovação* é frequentemente sinônimo de pequena empresa, que é mais ágil que as grandes empresas já instaladas. Desenvolve-se um processo darwiniano de seleção de novos produtos e serviços, de novos mercados. Lançam-se cem, emergem dez, apenas um tem sucesso. Ele será comprado a bom preço pela grande empresa.

Esse movimento de concentração e de emergência constante de novas unidades de produção aplica-se igualmente na agricultura. Se a população mundial quadruplicou ao longo do século 20 e a agricultura aí ocupou no final cerca da metade da população ativa, o número de camponeses e de camponeses proprietários igualmente aumentou, provocando no nível mundial uma impressionante disparidade de produtividade entre a grande agricultura capitalista e o campesinato que não consegue produzir, por falta de terras, sua auto-subsistência.

A produtividade que atingiu 1.000 toneladas por ativo por ano para alguns milhões de ativos na agricultura desenvolvida, cai para 50 toneladas ou 10 toneladas por ativo para os cerca de dois terços da população ativa agrícola, portanto para as centenas de milhões que não conheceram os efeitos da “revolução verde”, conforme disponham ou não da tração animal. Enfim, o último terço (várias centenas de milhões de pessoas) vivendo em condições de penúria, produzem aproximadamente menos de 1 tonelada por ativo por ano.

Se descartarmos a questão da maneira pela qual essa produtividade é atingida e seus limites, são potencialmente várias centenas de milhões de agricultores que estão ameaçados de desaparecer para irem amontoar-se nas cidades. Dialeticamente, bastariam alguns milhões de pessoas praticando uma agricultura racional para satisfazer as necessidades da espécie humana, liberando assim tempo de trabalho. Mais do que nunca, a questão agrária, assim como a resolução do antagonismo entre a cidade e o campo, está no coração da revolução social.

4.7 Acumulação e crises.

A busca do máximo de mais-valia conduz o modo de produção capitalista a crises de superprodução. Estas assumem um caráter periódico e sua gravidade está tendencialmente em relação com o grau de desenvolvimento da produção capitalista. Quanto mais desenvolvida ela for, mais o impacto social dessas crises tende a ser maior. As crises de superprodução são características do modo de produção capitalista mais desenvolvido. A primeira dessas crises de um tipo novo remonta a 1825 e quase de dois séculos depois, o mundo burguês é regularmente percorrido por abalos, tremores de terra sociais que semeiam a desolação. Sua frequência e intensidade não apenas não diminuem, mas deve-se esperar que regularmente novos recordes sejam batidos. Esses fatos tornam impotentes e ridicularizam tanto as previsões e as teorias dos economistas, quanto as políticas, as “reformas” e outras tentativas de estabelecer um controle econômico sobre o desenvolvimento do capital.

Ao procurar o máximo de mais-valia, de sobrevalor, o capital desenvolve a produtividade do trabalho como se ela não tivesse os limites próprios deste modo de produção. A enorme massa de mercadorias deve ser realizada em dinheiro e deve existir uma certa relação, que a produção capitalista tende a transgredir, entre o consumo produtivo e o consumo não produtivo (individual e coletivo). Tendo dificuldades para encontrar mercados para essas massas consideráveis de mercadorias, restringindo a parte dos salários da classe produtiva e atizando os fogos da acumulação que desequilibram a relação entre produção e consumo, a sociedade burguesa favorece a superprodução de mercadorias. De um lado, se a acumulação do capital não gerar suficientemente mais-valia, se o crescimento da produtividade entrar em pane e a taxa de lucro chegar a baixar brutalmente, é a superacumulação, a superprodução de capital que a ameaça.

Em paralelo, o capital fictício (títulos, ...) incha sob os efeitos conjugados da acumulação do capital real, da especulação e do sobrecrédito. O crédito torna-se uma das alavancas mais potentes para favorecer a tensão das forças produtivas e criar a superprodução.

A busca do máximo de mais-valia assume diversas formas:

- O alongamento da jornada de trabalho;
- A alta da produtividade do trabalho.

Outras formas favorecem a criação simultânea de mais do valor e de mais-valia:

- O desenvolvimento da intensidade do trabalho – criação de mais mercadorias de mesmo valor no mesmo tempo;
- O desenvolvimento da complexidade do trabalho – a mesma força de trabalho produz mais ou menos valor segundo o tipo de trabalho, simples ou complexo, ao qual ela está atrelada;
- O desenvolvimento da qualidade do trabalho – uma força de trabalho mais qualificada tem relativamente mais valor do que uma força de trabalho não qualificada e produz mais valor no mesmo tempo;
- A otimização da posição do trabalho nacional na divisão internacional do trabalho⁵.

⁵ A lei do valor na sua aplicação internacional é profundamente modificada à medida que no mercado mundial o trabalho mais produtivo adquire um valor social maior enquanto a concorrência não o obriga a baixar este valor.

Ao mesmo tempo em que persegue seu objetivo exclusivo: o máximo de mais-valia, a produção capitalista desenvolve as forças produtivas nos limites próprios a este modo de produção. Assim sendo, tanto o potencial da produção como o da superprodução é cada vez maior. Para adiar essa contradição, para contrabalançar os efeitos, o capital põe em movimento um conjunto de respostas de natureza diferente. Podemos classificá-las em função do tipo de resposta que elas fornecem:

- 1° Facilitação da venda, da realização do produto social = desenvolvimento do crédito.
- 2° Procura de mercados e de novos campos de acumulação externos = exportação, luta para a conquista de novos mercados.
- 3° Expansão da necessidade e criação de novas necessidades = desenvolvimento da publicidade e do marketing que conferem novos atrativos para a mercadoria.
- 4° Diversificação, criação de novas necessidades, criação de novos valores de uso = desenvolvimento de meios de consumo de luxo. Um dos interesses desse setor é que geralmente ele permite a produção de uma massa maior de mais-valia, devido ao emprego relativamente mais elevado de trabalho vivo. Como, de outro lado, esses ramos têm uma composição orgânica menos elevada do que a média, eles favorecem também a alta da taxa de lucro.
- 5° Evolução histórica dos valores de uso e das necessidades conduzindo à frenagem da queda do valor unitário das mercadorias. “Revalorização” dos valores de uso⁶ e evolução das necessidades: o luxo de ontem torna-se o necessário de hoje.
- 6° Programação da obsolescência das mercadorias. Organização do desperdício de recursos.
- 7° Fixação do capital. Acumulação de capitais fixos que não são imediatamente produtivos (por exemplo, grandes obras públicas, grandes canteiros, canais) e, portanto, absorvem a mais-valia sem produzir um efeito imediato na produtividade do trabalho.
- 8° Desenvolvimento de uma classe de consumidores que consome sem produzir, de uma classe improdutiva. Uma classe de consumidores é necessária. Os teóricos subconsumistas, particularmente Malthus, pressentiram essa necessidade. Essa classe não pode ser o proletariado cujo consumo é limitado - e tanto mais limitado quanto menor for o salário relativo decorrente do progresso da produção capitalista – e que lhe basta. Uma alta do salário real pode certamente

Decorre disso que uma hora de trabalho em um país mais desenvolvido pode ser trocado, por exemplo, contra três horas de trabalho no país menos desenvolvido. Se esses dois países mantêm trocas, o primeiro explora o segundo. Por exemplo, a França e o Brasil têm atualmente um PIB comparável, mas para obtê-lo o Brasil deve empregar uma população ativa que é o triplo e, portanto, despender globalmente três vezes mais de trabalho do que a França (fazemos aqui abstração das diferenças nos tempos de trabalho anual, assim como da importância relativa das classes improdutivas). É verdade que, supondo que tudo permaneça inalterado, se o proletariado do país mais desenvolvido pode em certa medida beneficiar-se da exploração do país menos desenvolvido, ele é no entanto, mesmo tendo um maior salário real, relativamente mais explorado do que no país menos desenvolvido. As grandes empresas multinacionais também se apoiam nessa lei para repartir a produção na escala mundial segundo seus interesses, ao mesmo tempo em que contornam as políticas fiscais e sociais dos Estados e, simultaneamente, fazem pressões sobre elas.

⁶ Por exemplo, o automóvel não parou de evoluir em termos de equipamentos e de opções. Seu preço relativo nem por isso abaixou, na verdade foi mantido a despeito dos progressos da produtividade e das substituições de materiais (fenômeno que pode influenciar nos dois sentidos).

ocorrer, mas necessariamente em limites estreitos. Essa classe improdutiva moderna é, como vimos, a classe média assalariada. Com seu desenvolvimento limita-se assim a taxa de acumulação, aumentando a demanda de meios de consumo e, com ela, o consumo de produtos mais refinados e produtos de luxo.

9º Queda tendencial da taxa de lucro e da taxa de acumulação. A acumulação diminui a marcha, assim como o crescimento. O capital adia essas contradições renunciando à sua missão.

As crises não geram mecanicamente guerras nem revoluções, mas contribuem para isso e se a revolução é a última saída para o proletariado para acabar com sua exploração e deter o curso catastrófico do modo de produção capitalista, a guerra será igualmente a última solução que o capital encontrará para se regenerar, com o risco de destruir a espécie humana.

5. Na direção da sociedade sem classes.

Um dos grandes dramas da história recente continuará sendo a desaparecimento política do proletariado, que foi despojado do que representava seu caráter revolucionário. Por duas vezes (segunda e terceira internacional) seu partido internacional caiu nas mãos de forças contrarrevolucionárias. Não nos deteremos aqui sobre as circunstâncias históricas que mergulharam o proletariado na contrarrevolução na virada dos anos 1920, depois que ele realizou, em escala internacional, o maior esforço heroico de emancipação de sua história, cujo tempo forte continua sendo a tomada do poder em Outubro de 1917 na Rússia. Desde essa época, o proletariado desapareceu como partido político independente e, portanto, como classe tendo consciência de seus objetivos históricos. Não apenas suas representações, tradições, cantos, bandeiras, emblemas, tornaram-se símbolos de sua opressão, mas sua teoria foi assepsiada, desnaturada, caricaturada, transformada de teoria revolucionária em ferramenta de conservação social, enquanto que as sociedades que erguiam o modo de produção capitalista (Rússia, China, Cuba, ...) erigiam-se como exemplo do socialismo real.

O proletariado, durante todos estes últimos anos, não combateu a não ser como ala extrema esquerda da democracia a reboque dos partidos das outras classes. Assim fazendo, nos países mais desenvolvidos ele trocou sua emancipação por acomodações de sua situação. Diminuição do tempo de trabalho, elevação de seu nível e de sua esperança de vida, educação de seus filhos, acesso aos serviços de saúde, etc., em suma tudo o que caracteriza a “democracia social”. Do mesmo modo, ele impulsionou a conquista da democracia política, ampliou o sufrágio universal e o direito das mulheres. O número de países regidos por uma constituição democrática, mesmo organizados em república democrática, não parou de aumentar. O proletariado, portanto, conquistou o campo de batalha para o último enfrentamento com a burguesia. Ele deixou a burguesia dirigir o desenvolvimento das forças produtivas e a levá-lo a um ponto em que as contradições estão de tal modo acumuladas que a evidência da necessidade de uma sociedade sem classes para superá-las é cada vez maior.

Mesmo se ele ainda pena para retomar seu combate revolucionário, o proletariado mundial está sempre colocado em condições que fazem dele, única classe explorada, uma classe revolucionária, cujo objetivo é a revolução comunista, a derrubada completa de toda a construção da sociedade atual. Essa revolução constitui mais do que nunca uma questão vital para toda a humanidade. Nada ainda veio desmentir o que já constituía o propósito essencial do “Manifesto do partido comunista” de 1848.

A capacidade política do proletariado dependerá, evidentemente, das circunstâncias, do grau de preparação e de sua energia para organizar-se em partido político autônomo na escala internacional, coerente no seu programa revolucionário e oposto a todos os outros partidos. Mas sua capacidade histórica é permanente, pois está inscrita no coração da relação social que caracteriza o modo de produção capitalista. O proletariado, a classe produtiva, não cria apenas a mais-valia, ele cria também o capital, isto é, ele reproduz inteiramente a relação social. Mas isso se apresenta na sociedade capitalista sob uma forma invertida e mistificada.

5.1 O proletariado e sua alienação.

No coração do trabalho produtivo, no coração do processo de produção, o proletariado produz através de seu trabalho um valor (reprodução do valor adiantado para o capital constante e o salário, mais a mais-valia) que não apenas lhe escapa como retorna contra ele. Seu trabalho

transforma-se à sua frente em seu contrário, em capital. O proletário é dominado pelo seu próprio trabalho que lhe enfrenta. Esse fenômeno é qualificado por Marx de alienação, que significa aqui tornar-se estranho a si próprio. A exploração (lembrando que ela só diz respeito estritamente ao trabalho produtivo e, portanto, ao proletariado) é ao mesmo tempo uma alienação. As outras classes são também vítimas da mistificação geral (a coisificação das pessoas e a personificação das coisas, o caráter fetiche da mercadoria e do capital, ou ainda o fato de que o capital ou a terra aparecem como fontes autônomas do valor, como seres dotados de vida e capazes por eles mesmos de produzir valor), que encobre a verdadeira natureza das relações sociais, mas elas não são capazes por si mesmas nem de desvendá-la através de uma análise científica, nem de rompê-la arrasando a relação capitalista.

Falamos (capítulo 1) das origens do modo de produção capitalista e, em seguida (capítulo 2) da análise que Marx fez da mercadoria. A aparição da mercadoria supõe uma sociedade em que foram dissolvidos, ao menos parcialmente, os laços comunitários que colocavam *a priori* o quadro da atividade humana como uma atividade social. Ao mesmo tempo desaparece a evidência das relações sociais. Cada produtor produz de modo privado e não entra em contato com outro a não ser pela troca. Ora, trata-se aqui da troca de *produtos*, realizados pelo seu trabalho, que se apresentam ao mesmo tempo como mercadorias e não mais simplesmente como objetos úteis. Assim, não apenas as relações humanas aparecem mediatizadas pela troca de mercadorias, mas esta mesma troca é a condição para que exista uma relação social entre indivíduos cujas atividades estão separadas e são executadas de maneira privada. O fato que a socialização dos trabalhos se efetua na troca, portanto por uma mediação que não é controlada pelos indivíduos, cria imediatamente um véu sobre a realidade que Marx compara a um fenômeno religioso.

Uma vez que a produção mercantil esteja generalizada e que a força de trabalho torna-se ela própria uma mercadoria, a mistificação que lhe acompanha se amplifica. Essa mistificação é tanto mais importante quanto o modo de produção capitalista é mais desenvolvido. Com o desenvolvimento da mais-valia relativa e do processo de trabalho especificamente capitalista ela leva à produção de uma visão totalmente invertida das relações sociais.

A classe capitalista possui a totalidade dos meios de produção e de troca sob todas suas formas, e nela o capital aparece como o elemento motor da sociedade, sua força produtiva. Marx fala de inversão, pois o capital aparece produtivo embora de fato ele não produza nada por si mesmo, contentando-se de pôr em contato e em movimento todos os elementos necessários à produção, os mesmos (no fundamental, pois eles evoluem historicamente) que serviam para produzir nas formas de produção pré-capitalista: para toda produção é necessário uma matéria para trabalhar, meios de trabalho, por exemplo, ferramentas, e um agente da produção, o trabalhador.

Portanto, a relação social capitalista mascara e mesmo inverte a relação real subjacente. Assim, é o capital que aparece “produtivo”, criador de riqueza, embora quem o seja na realidade é o trabalho humano.⁷ Impulsionando o movimento de conjunto, perseguindo a busca do máximo de

⁷ Pode-se ver uma ilustração vulgar desse fato nos discursos do patronato quando está em questão a “tomada de riscos”, a “responsabilidade” do empresário, etc. Os patrões têm o hábito de dizer que eles “dão o trabalho”, quando é o inverso, é o proletário que dá gratuitamente uma parte do tempo de utilização de sua força de trabalho. Quando o proletário interioriza esse argumento, ele pode ser seguido de: “mas quem me dará trabalho se não houver mais patrões?”

Engels escreveu claramente: “Desde o início vimos que essa pretensa “produtividade do capital” nada mais é do que esta qualidade que lhe é inerente (nas condições sociais atuais, sem as quais ele não seria o que é), a de poder se apropriar do trabalho não pago de trabalhadores assalariados. (A questão da habitação, 1873)

mais-valia, desenvolvendo a força produtiva do trabalho, o capital mascara o fato de que quem está na fonte desta mais-valia e permite o desenvolvimento da civilização capitalista é o trabalho produtivo realizado pelo proletariado. Este produz não apenas a base material da sociedade que ele contribui, por isso mesmo, para reproduzir e para ampliar, mas que igualmente reproduz e perpetua o capital e a relação de exploração que lhe é inerente. Desenvolve-se assim uma espiral infernal na qual o proletariado cria um ser estranho que lhe escapa e o domina. O capital defronta-o concretamente sob a forma de instalações e máquinas, por exemplo, mas também sob uma forma ainda mais geral, mais anônima, que o domina e o explora. Os progressos da ciência e da técnica voltam-se contra o trabalhador.

Com a circulação e a concorrência, a mistificação se completa. O capital portador de juro, o capital fictício, a terra, aparecem como fontes de renda sem relação imediata com o trabalho. A igualização das taxas de lucro, que ocorre entre massas iguais de capitais que empregam massas desiguais de força de trabalho, obscurece igualmente um processo que supera de imediato o quadro do capital individual. Nesse processo de igualização, a participação de capitais que se movem na esfera da circulação, como o capital comercial, adiciona sua contribuição ao véu tornando opacas as relações sociais, ao passo que o acaso dos sucessos e das derrotas dos capitalistas individuais submetidos à concorrência contribui igualmente para o mistério da produção capitalista. As forças contrarrevolucionárias se apoiam frequentemente com sucesso nessa mistificação e com tanto mais fé quanto mais são vítimas. Por exemplo, arremessa-se assim à cólera das massas os bancos, a “finança”, o capital financeiro, ao mesmo tempo em que se adorna de todas as virtudes o capital industrial. Esquece-se assim que é este último quem está no coração da relação de exploração, que é ele quem submete o proletariado fazendo-lhe produzir o máximo de mais-valia que assume diversas formas (lucro, juro, renda, impostos, ...), que são objeto de tantas disputas entre as diversas frações da burguesia e seus cúmplices.

Ao longo desse processo, toda essência do trabalho humano é invertida. É por isso que a relação social capitalista é a mais violenta da história, pois ela nega o próprio ser do homem que está submetido ao capital, isto é, ao valor em processo. Por mais violentos que fossem as relações do mestre e do escravo, do senhor e do servo, elas permaneciam como relações entre pessoas e são, portanto, claramente identificadas como relações de poder e de exploração. Spartacus sabia o porquê, contra o quê e contra quem ele podia e devia se revoltar.

No modo de produção capitalista, a relação social, a relação entre as classes assume a forma de uma *coisa*, o capital, o *valor em processo*, que domina o proletariado. Donde essa impressão de impotência que o proletariado pode sentir; o capital domina tudo, ele aparece como o *deus ex machina*, como uma força naturalizada, tão inamovível como o céu e as montanhas, invencível. Entretanto, ele nada mais é do que uma figura invertida da realidade e sublevar-se contra ele é recolocar o mundo sobre seus pés. Tal é o papel da teoria revolucionária e – pois a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas – o da revolução. A revolução do proletariado moderno distingue-se de todas que lhe precederam, pois não se trata mais apenas de conduzir ao poder uma nova classe capaz de desenvolver um novo modo de produção, mas de reunificar a espécie com ela mesma e abolir definitivamente todas as condições da exploração de uma classe por outra.

Ora, isso somente é possível porque o modo de produção capitalista desenvolve, pela sua tendência ao crescimento da força produtiva do trabalho, as condições materiais, objetivas, da implantação dessa nova sociedade que não tem mais necessidade dos quadros da propriedade privada nem de uma classe dominante para se desenvolver. Além disso, esse desenvolvimento só pode desenrolar-se pela abolição dessa propriedade privada que se tornou um entrave

insuportável. As classes sociais devem ser suprimidas não por razões morais, mas porque são um obstáculo ao desenvolvimento social.

A assustadora impressão de que não se pode mais sair da dominação do capital está ligada ao fato de que o processo de exploração funciona como uma espiral, no qual toda a energia da classe explorada vai se concentrar à sua frente para reforçar o desenvolvimento das condições de sua exploração. Entretanto, ao mesmo tempo em que se descreve esse processo, enuncia-se as condições de sua destruição, pois o proletariado, que lhe faz viver, é ao mesmo tempo a classe que pode lhe fazer morrer. Basta-lhe retomar sua autonomia quebrando o laço que lhe une ao capital para criar a transformação revolucionária da sociedade na direção de uma sociedade sem classes.

No livro I do «Capital», Marx descreveu assim o comunismo:

“Representemo-nos enfim uma reunião de homens livres trabalhando com meios de produção comuns e despendendo, segundo um plano orquestrado, suas numerosas forças individuais como uma única e mesma força de trabalho social. O produto total dos trabalhadores unidos é um produto social. Uma parte serve novamente como meio de produção e permanece social; mas a outra parte é consumida e, conseqüentemente, deve ser repartida entre todos. O modo de repartição variará segundo o organismo produtor da sociedade e o grau de desenvolvimento histórico dos trabalhadores. Suponhamos, para colocar esse estado de coisas em paralelo com a produção mercantil, que a parte concedida a cada trabalhador esteja na razão direta de seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenharia assim um duplo papel. De um lado, sua distribuição na sociedade regula a relação exata das diversas funções com as diversas necessidades; de outro, ele mede a parte individual de cada produtor no trabalho comum e, ao mesmo tempo, a porção que lhe cabe na parte do produto comum reservado ao consumo. As relações sociais dos homens em seus trabalhos e com os objetos úteis que deles resultam permanecem aqui simples e transparentes, tanto na produção como na distribuição.”

5.2 Atrás do modo de produção capitalista, o comunismo.

A perspectiva de uma sociedade sem classes, sem Estado, sem salariado não é uma ideia generosa que precisaria ser traduzida na realidade. O comunismo só é possível porque seus fundamentos materiais, a começar pela socialização dos meios de produção, já foram produzidos no quadro do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Vimos que em seu movimento, o capital tende a se concentrar e se centralizar, criando vastos conjuntos industriais planejados no quadro de sociedades transnacionais em escala mundial (ver, por exemplo, a produção automobilística ou aeronáutica). Esse desenvolvimento tem como resultado no mercado mundial um tecido econômico totalmente entrelaçado, em que é praticamente impossível distinguir e abstrair ilhas que poderiam estar protegidas das crises ou escapar às leis da produção capitalista.

Mas essa tendência a expulsar os pequenos produtores, a reagrupar as forças produtivas, a racionalizar as técnicas em escala internacional, choca-se contra obstáculos inerentes ao modo de produção capitalista. É o que Marx chama de contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Estas últimas tornam-se, em um momento dado do desenvolvimento histórico, *muito estreitas*. A própria produção exige uma coordenação em larga escala, além mesmo das fronteiras, que se choca contra as relações de propriedade burguesas e nacionais. Considerando o curso catastrófico seguido pelo capital, conviria que as grandes políticas em termos de energia, de recursos naturais, de agricultura, de organização do espaço, de produção manufatureira, fossem decididas e conduzidas conscientemente em escala mundial, segundo os interesses dos produtores associados e não segundo as exigências da produção de

mais-valia que caracteriza a produção capitalista. O capital conhece assim uma contradição insustentável, pois seu próprio interesse empurra-o para unificar cada vez mais o aparelho produtivo e a organização da circulação das mercadorias e do dinheiro, para desenvolver a força produtiva do trabalho como se ela não tivesse limite, mas ele não pode levar este movimento até o fim sem negar-se a si mesmo. Essa contradição, como vimos, manifesta-se regularmente pelas crises de superprodução potencialmente sempre mais graves. A propriedade privada, o salariado, assim como a divisão social do trabalho tornam-se, de fatores de desenvolvimento histórico nos primórdios da história do capital, verdadeiros entraves ao desenvolvimento posterior da humanidade. Tal como uma forma comprimida em um quadro muito estreito, a base comunista que jaz no coração da sociedade burguesa requer para desabrochar-se uma força suficientemente potente que faça voar em pedaços este quadro estreito. A própria propriedade privada, através de movimentos como a nacionalização, regionalização, municipalização e outras formas de capital público, as cooperativas e as sociedades anônimas que permitem simultaneamente centralizar o poder e dispersar a propriedade (holdings, investidores institucionais, fundos de pensão) assume um caráter social, abolindo a propriedade privada no quadro da propriedade privada. De um ponto de vista materialista, isso constitui uma das bases para o desenvolvimento do comunismo, que não é um ideal inatingível, mas uma necessidade engendrada no próprio desenvolvimento da sociedade.

Um mercado mundial é uma condição da existência do capital. Marx via aqui uma das condições materiais para o desenvolvimento do movimento comunista em escala internacional que ele sempre desejou. Depois da derrota das revoluções de 1848 na Europa, Marx e Engels se perguntaram sobre o fato de que a revolução poderia ser asfixiada “neste pequeno canto do mundo”, enquanto o capital ainda conhecia perspectivas de expansão consideráveis no resto do globo. Do seu lado, o estalinismo forjou e serviu-se da doutrina do “socialismo em um só país” para desenvolver as relações de produção capitalistas na Rússia e dominar, asfixiando-as, todas as expressões autônomas do comunismo em escala internacional. O comunismo está em total contradição com a ideia de um desenvolvimento nacional; ele só pode existir em escala internacional e mundial. Hoje, o desenvolvimento considerável do modo de produção capitalista no conjunto do planeta, mesmo considerando os níveis desiguais deste desenvolvimento segundo as regiões, faz com que as possibilidades materiais para a passagem a uma sociedade sem classes estejam mais do que maduras.

Marx, nos seus diferentes trabalhos, pouco descreveu ou definiu *explicitamente* o comunismo e seu conteúdo. Mas a cada vez que ele está em questão, ele é apresentado como a demolição radical da situação presente, a recuperação pela espécie humana, ao sair da ganga capitalista, de suas funções vitais. O comunismo é uma sociedade que aboliu o trabalho alienado, o trabalho assalariado, para articular em outra base o trabalho necessário e o trabalho livre. Através da socialização dos meios de produção e de troca, é a comunidade de produtores associados quem toma as decisões e organiza a sociedade. O livre desenvolvimento de cada um passa pela redução do trabalho necessário e sua repartição entre todos os membros da sociedade com idade e capacidade de trabalhar. Ao mesmo tempo em que desenvolve uma formação politécnica, a sociedade luta contra a divisão social do trabalho generalizando o trabalho manual, a polivalência das atividades, abolindo o antagonismo entre a cidade e o campo.

No comunismo, *o dinheiro e a forma valor dos produtos do trabalho desaparecem*. Reconhece-se ao indivíduo sua participação no trabalho social durante um tempo determinado (tempo que será consideravelmente reduzido em relação à hoje), em contrapartida do qual, uma vez descontados os elementos úteis à expansão da sociedade, ao consumo coletivo e aos membros da sociedade que não trabalham, ou não podem trabalhar, ele poderá consumir para satisfazer suas

necessidades (de maneira limitada em um primeiro tempo, e sem outra limitação que as da saciedade e do bom senso em seguida).

A revolução visa *abolir o salariado*. Na comunidade dos trabalhadores associados desaparece a relação de dominação entre o possuidor dos meios de produção e o proletário. Pela mediação da comunidade, o trabalho do indivíduo torna-se imediatamente social.

Esse caráter imediatamente social da produção é muitas vezes sublinhado por Marx. No comunismo, “não é mais pela via de um desvio, mas diretamente que os trabalhos do indivíduo tornam-se parte integrante do trabalho da comunidade.” (Crítica do programa de Gotha)

O *desvio* do qual Marx fala aqui não é outro senão a relação mercantil que liga a classe capitalista ao proletariado, relação que só pode existir porque a primeira possui o monopólio dos meios de produção e de troca e o segundo apenas sua força de trabalho. Mudar os termos de troca é permitir que a verdadeira essência humana do trabalho se manifeste e também que a produtividade do trabalho adquirida pelo desenvolvimento do maquinismo sirva verdadeiramente às necessidades humanas, e não seja mais inteiramente dirigida pela e para a valorização máxima do capital.

O que já era válido no tempo de Marx hoje o é infinitamente mais. Todas as condições para abolir a propriedade privada dos meios de produção e de troca e usufruir de uma organização coletiva da sociedade estão arquivadas.

5.3 As condições da ruptura revolucionária.

Para isso, precisamos voltar às contradições que minam, por sua natureza, esse modo de produção, decorrentes de sua organização econômica e social. Impulsionando sempre mais a produtividade do trabalho, desenvolvendo as forças produtivas, o capital cria as condições de uma nova sociedade. Ele mesmo termina demonstrando que as relações de produção próprias do modo de produção capitalista tornaram-se muito estreitas para impulsionar mais adiante esse desenvolvimento. Devem ser instaurado um novo modo de produção, novas relações de produção que correspondam a uma sociedade sem classes e que fazem a humanidade sair de sua pré-história para preparar conscientemente seu devir. O marxismo mostra que isso é um fenômeno inelutável e que a história do modo de produção capitalista é a “da revolta das forças produtivas modernas contra as relações modernas de produção.” Essa revolta manifesta-se regularmente por crises, ao longo das quais o capital, qualquer que seja sua forma (máquinas, dinheiro, mercadorias, forças de trabalho...) encontra-se brutalmente desvalorizado: mercadorias destruídas, máquinas paradas, falências, queda ruinososa dos preços, forças de trabalho no desemprego...

Dito de outro modo, o aumento crescente da produtividade do trabalho permitida pelo maquinismo e a incorporação da ciência na produção, que é a garantia mais segura de que a sociedade atual desemboca de modo necessário em uma sociedade de abundância, é também o fator que mais ameaça os próprios fundamentos desta sociedade.

Chega um momento em que o capital e a classe capitalista não apenas *podem* ser derrubados, porque a base material para um trabalho coletivo imediatamente social e desembaraçado das restrições mercantis e da valorização do capital está suficientemente desenvolvida, mas ainda *devem* sê-lo para assegurar a continuidade da história humana.

Mas isso não pode ser nem gradual, nem mecânico. Se a sociedade está prenhe de uma sociedade sem classe, o bebê é de tal modo grande que é preciso tirá-lo a fórceps do ventre de uma mãe madrastra, prestes a um infanticídio. Não pode haver uma passagem “espontânea” a partir do momento em que as forças produtivas teriam atingido tal nível que pudesse surgir de maneira “natural” o comunismo. Uma descontinuidade, uma revolução é necessária para despedaçar os mil fios do mercantilismo. Sua primeira condição é a conquista do poder político pelo proletariado organizado em partido político distinto e oposto aos outros partidos.

Do mesmo modo que o capital produz as condições de sua própria superação, ele produz a classe que executa a sentença: o proletariado. Marx escreveu: “O proletariado é revolucionário ou ele não é nada”. Ele não é proletariado a não ser como portador dessa potência revolucionária, como classe consciente organizada em partido político, fortalecido por uma concepção científica do mundo, o marxismo, capaz de prever e explicar uma ação dirigida para a derrubada do poder da burguesia e de sua sociedade.

Para Marx e Engels, somente a partir de sua constituição em partido político é que o proletariado existe como força social organizada e, por conseguinte, consciente. Na “questão da habitação”, Engels resume assim “as concepções do socialismo científico alemão: necessidade de uma ação política do proletariado e de sua ditadura como transição para a abolição das classes e, com elas, do Estado”. Ele esclarece “que elas já foram expressas no Manifesto do Partido Comunista e em inúmeras vezes depois”. Nestas outras passagens a condição da “constituição do proletariado em partido político” está claramente colocada.

Tomando medidas adequadas para dismantelar o Estado burguês, abolir a propriedade privada, a troca de mercadorias, o proletariado rompe o círculo infernal que transforma o trabalho do proletário em seu contrário ao mesmo tempo em que reorienta as forças produtivas da sociedade (o que não significa que o comunismo possa realizar imediatamente seu programa integral, mas que existe um salto qualitativo que faz passar, potencialmente, a sociedade de uma esfera para outra; esta fase de transição política foi chamada por Marx e Engels de ditadura do proletariado).

Um partido revolucionário deverá definir as medidas que, *atualmente*, sobre a base do desenvolvimento das forças produtivas modernas, incomparavelmente mais desenvolvidas do que em 1848, serão necessárias para quebrar a máquina do Estado e conduzir a sociedade para uma sociedade sem classes.

Essas medidas, que podem variar de um país a outro, e cuja implantação depende de um lado do estágio da relação das forças e da situação revolucionária internacional, poderão assemelhar-se às que seguem.

- Diminuição drástica e imediata da duração do trabalho e integração de um tempo de formação politécnica (inclusive para aprender a gerir o semi-Estado proletário cuja organização visa o máximo de simplicidade) neste tempo de trabalho.
- Generalização do trabalho e do trabalho manual a todos os membros da sociedade em idade e com capacidade de trabalhar.
- Implantação desde a idade mais jovem de uma educação combinando as aprendizagens fundamentais, o trabalho manual, o esporte, a criatividade e a participação na vida coletiva.
- Medidas visando socializar o trabalho doméstico (cozinha, limpeza, lavanderia, guarda das crianças, ...).

- Rotação das tarefas e compartilhamento das tarefas coletivas na forma de um serviço civil.
- Desenvolvimento de setores públicos assentados na gratuidade dos serviços (saúde, educação, ...).
- Requisição de habitações para a melhoria imediata da situação dos que habitam em situação precária.
- Armamento do proletariado, criação de milícias que assegurem as tarefas de polícia.
- Passagem para as mãos do Estado proletário dos bancos, seguros e criação de uma entidade única. Implantação de um planejamento e contabilidade sociais a fim de repartir a força de trabalho entre os grandes ramos da indústria.
- Passagem para as mãos do Estado proletário das grandes empresas.
- Medida visando favorecer o reagrupamento das pequenas empresas em entidades mais vastas e repartição dos meios para permitir o aumento da produtividade social, uma das condições da diminuição do tempo de trabalho.
- Interdição do trabalho noturno e do trabalho por turnos, lá onde ele não for estritamente necessário (saúde, segurança...).
- Cessação do desenvolvimento das construções nas grandes cidades e sua aglomeração. Medidas visando a reconciliação da cidade e do campo. Desenvolvimento de uma força de trabalho na agricultura, nas florestas, no mar.
- Supressão dos impostos indiretos. Imposto progressivo sobre o rendimento. Abolição da herança. Implantação de uma contramarca social baseada no tempo de trabalho (o equivalente aos bônus de trabalho promovidos pelo marxismo no século 19) para gerir o consumo individual. Essa contramarca não é o dinheiro, pois ela não pode se acumular e assalariar a força de trabalho.
- Responsabilidade e revogabilidade a qualquer momento dos representantes eleitos.
- Renda dos representantes igual ao salário médio.
- Supressão do parlamento, dismantelamento das administrações do estado e das administrações locais para restituir a gestão da vida social à comunidade dos produtores associados. Implantação de conselhos em base territorial (soviets), encarregados da administração da sociedade e reunindo os poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Unificação de todos os países que terminaram a revolução e abolição das fronteiras.
- Separação draconiana da igreja e do estado. Envio da atividade religiosa para a esfera estritamente privada.

6. Conclusão.

O modo de produção capitalista desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da humanidade: ao desenvolver a produtividade do trabalho, o maquinismo, ao criar o mercado mundial, ao unificar cada vez mais as condições da produção e da troca e, sobretudo, ao criar uma classe internacional, o proletariado, capaz de apoderar-se do aparelho produtivo e conduzir a sociedade para uma sociedade na qual não subsistem nem exploradores nem classes sociais. O modo de produção capitalista criou assim as condições para a passagem a uma sociedade superior.

A continuidade do modo de produção capitalista, sua sobrevida, seu confisco de todos os meios de produção e de vida, e a continuação de sua marcha louca estão cheios de desastres para a humanidade. Prosseguindo no desenvolvimento da produtividade do trabalho, o capital prossegue na sua corrida ao máximo de mais-valia, submete a si uma massa crescente de proletários ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de seus setores produtivos joga-os na rua. Arruinando as outras formas de produção, ele cria igualmente uma situação em que nem as centenas de milhões de camponeses africanos, chineses, brasileiros, mexicanos, etc., nem os milhões de desempregados e excluídos da Europa e dos Estados Unidos não poderão encontrar um lugar em uma sociedade que repousa sobre a exploração do proletariado.

Então, mesmo que todas as condições existam para criar um quadro de vida harmonioso para a humanidade, a fome, as crises, as guerras e outras catástrofes estão no menu do século que começa. Somente o proletariado pode erguer-se para convulsionar drasticamente a ordem atual e instaurar a sociedade sem classes: o comunismo.